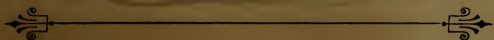
PERFIL

DO

Camillo Castello Branco

PERFIL

DO

MARQUEZ DE POMBAL

EDITORES-PROPRIETARIOS

CLAVEL & C.ª — PORTO

L. COUTO & C.ª — RIO DE JANEIRO

MDCCCLXXXII

TYPOGRAPHIA OCCIDENTAL
Rua da Fabrica, 66 — Porto

A

Antonio Rodrigues Sampaio

SOLDADO INTREPIDO E AMIGO INCORRUPTIVEL
DA LIBERDADE QUE O FEZ GRANDE, PUBLICISTA CINCOENTA ANNOS,
MINISTRO ALGUMAS VEZES — E SEMPRE POBRE,

OFFERECE

O mais obscuro e agradecido dos seus amigos

Camillo Castello Branco.

PROEMIO

Este livro não pode agradar a ninguem. Nem aos absolutistas, nem aos republicanos, nem aos temperados. Chamo «temperados» aos que se attemperam ás circumstancias do tempo e do meio. São os peores, porque são mixtos — tem tres dóses da bilis azêda dos tres partidos. São a mentira convencional—a mascara. Despotas para zelarem a liberdade, livres para glorificarem o despotismo.

Escreveu-se esta obra de convicção, e sem partido, com uma grande serenidade

e pachôrra. Não se ama nem desama alguma das facçoens e fracçoens militantes. Sou um mero contemplador da fundição do metal de que hade sahir a estatua da liberdade portugueza; mas, em meio seculo, será difficil empreza desaggregar o bronze, estreme do chumbo e da escumalha de ferro.

A vida publica actual sente-se da boa e da má influencia da historia de ha cem annos. Os mais avançados estão com o marquez de Pombal. Por outro lado, as engrenagens do machinismo conservador ganharam uma ferrugem que as vae roendo. Vive-se mais das tradiçoens que das evoluçoens.

O marquez de Pombal resurge mais ou menos postiço e contrafeito dos moldes das tres escolas politicas regimentares. A unica talvez que poderia acceitar-me indulgentemente este livro — a absolutista — de certo m'o regeita, porque eu não participo do seu odio religioso — não direi christão — ao inimigo do jesuita, como padre. O meu odio, grande, intranhado e unico na minha vida, ao marquez de Pombal, não procede de affecto ao padre nem do desaggravo da religião: é por amor ao homem. A religião da dogmatica infallibilidade do papa que decretou a extincção da Companhia de Je-

zus, não merece que a gente se esfalfe e indisponha por conta d'ella, nem tem um sério direito a queixar-se do marquez de Pombal cujas pretensoens, penso eu, não chegaram até á infallibilidade. O ministro, calumniando, matando e expulsando o jesuita a pontapés, n'um impeto de perversão, é menos reprehensivel que Clemente XIV abolindo a companhia depois de consultar o Espirito Sancto. É o que nos diz a Bulla *Dominus ac Redemptor noster.*

A Democracia decerto repelle o meu livro da sua estante de historia e não lhe dará sequer a importancia de o lêr. Quanto a refutal-o, a Democracia não gosta de illaquear as suas theorias abstractas nas rêdes da pequena historia, feita das malhas dos argumentos sediços. Ella tem uma Ideia, um symbolismo a que chamou — *marquez de Pombal,* adulterando-o até ás condiçoens fabulosas do mytho. Ora, eu escrevo de um homem a quem chamo — *despota.* Isso que ahi passeou nas ruas foi um Pombal de romance, como o do Clémence Robert. A realidade dos factos foi sacrificada a uma bandeira que lhe emprestaram. Pozeram esse manequim deante do povo portuguez — o mais rustico povo da Europa. Vão lá dizer a um *concierge* que o

cardeal de Richelieu iniciou a liberdade da França!

Se lêssem este livro, diriam que não é assim que modernamente se escreve a historia. Póde ser; mas a verdade é assim que se escreve. Factos, com os documentos na mão. Bosquejei a biographia d'um homem feroz, e não me esqueci de assignalar o maior numero de accessorios e contingencias que o fizeram tão cruel. Se elle podia ser melhor e fazer mais do que fez, diga-o a critica; escusa, porém, de me observar que poderia ser peior, por que eu, *quod absurdum*, não creio.

É portanto pessima a situação do autor do livro, se os distinctos partidos se houverem com elle menos indulgentes do que se lhes roga, quanto aos aleijoens das sabidas partes da oração. Todavia, pelo que respeita á substancia da obra — ao que ella incerra bom e verdadeiro, independente das faculdades vulneraveis do autor — para isso não só se agradece, mas até se convida a critica. É este um pleito em que se não faz mister engenho nem grandes predicamentos de controversista. A minha posição é excellente, porque lhes bato com a historia; porém, se alguns argumentadores com uma ignorancia muito acidulada ou

com uma notavel má fé me contravierem que o meu methodo historico é idiota e que o meu livro é bestial — lisonjas que eu já não estranharei — nem assim me desarmam os philisteus, porque n'esse caso faço da minha historia irracional o que Samsão fez da queixada do burro, e continúo a batel-os com a queixada, quero dizer — com a historia.

A idade-media desculpa Luis XI, e os reis e os validos espiados por adversarios barbaros como elles; o seculo XVIII, o seculo de J. Jacques e de Bernardin de S.te Pierre envergonha-se de transmittir ao XIX o marquez de Pombal como um precursor e adail da civilisação humanitaria. Só á falta de um nome pomposo e aureolado de fulgores sinistros em que podesse encarnar a ideia do bem, a Democracia, que não sabe fazer andar uma ideia levantada e grande sem a encóstar ás mulêtas d'um titulo, adoptou um marquez — o typo emblematico do poder absoluto que, a um tempo, triturava fidalguia e ralé, e simultaneamente sobrepunha na cabeça coroas heraldicas, perpetuando-as pelas geraçoens porvindouras com os vinculos e morgadios proprios e usurpados.

A Democracia arriscou a ruins inciden-

tes o seu futuro, festejando o centenario do conde de Oeiras, marquez de Pombal, alcaide-mór de Lamego, senhor donatario de Oeiras, Carvalho e Cercosa, mordomo-mór do paço, commendador das Tres Minas e de Santa Maria da Matta de Lobos, etc. Applaudindo incondicionalmente o titular e o despota, desauthorisou-se. Quando se queixar das providencias coagentes da policia, modificará o seu credo. Se o snr. conselheiro Arrobas se houvesse excedido e por descuido ultrapassasse as balisas humanitarias da sua missão, elle diria que ficára muito áquem de Pina Manique — uma creação genial do marquez.

Andou imprevidentemente a Democracia. Se a sua artilheria grossa apontava ao jesuita, derruisse até ao cimento com a alavanca da sciencia o edificio religioso do clero, e não se exhibisse na procissão do marquez de Pombal, que do mesmo passo que abatia o jesuita mandava dar titulo de *magestade* á Inquisição, como se lhe não bastasse ser *sancta*. Combatessem. Pois a moderna geração não está bem saturada da philosophia do seu Draper e do seu Lutzelberger, uns demolidores que discutem, desfibram, pulverisam o velho dogmatismo e evaporam em uma desconsoladora vacui-

dade todas as religioens de invenção humana? Querem saber o que dizem os theologos? Que a mocidade, esquivando-se ao duello da sciencia, descamba nas assuadas dos centenarios.

Estão ahi dous ou tres periodicos catholicos redigidos por valorosos luctadores, não alheios á corrente da sciencia moderna. Porque os não impugnam e destroçam, sem sahirem do seu escriptorio? Os chefes de familia enviarão seus filhos á eschola clerical emquanto o leigo não demonstrar que o padre, sobre desmoralisador, é inepto. Vejam se provam as duas proposiçoens, e depois deixem rolar silenciosamente, na onda magestosa do progresso, para o abysmo das evoluçoens cumpridas, o Pombal e o jesuita, o rei e o papa. D'aqui a pouco, nós e os nossos centenarios, e a esteril inanidade das nossas solicitaçoens ruidosas ao Futuro, iremos na ressaca da mesma onda que virá colher o cisco da nossa Babel, e bem póde ser que o jesuita, renascido do seio de outra civilisação, surja depois para se rir de nós. Se os ultra-liberaes de 1882 estão com o marquez de Pombal, quem nos affirma que as confederaçoens republicanas e atheistas de 1982 não hãode estar com os

jesuitas? As situaçoens parecem-me equivalentes nas parallelas do absurdo.

Este livro poderia ter apparecido antes dos festejos de 7 de maio. Seria então um protesto contra o enthusiasmo dos propugnadores do marquez de Pombal. Abstive-me d'essa aspiração vangloriosa, que teria uns ares desvanecidos de querer actuar sobre convicçoens radicadas, desviando o espirito innocente de pessoas, a muitos respeitos dignas, das figurarias do centenario. Seria, sobre infructifera, ridicula a empreza. Não se desfazem com livros as persuasoens que se fizeram com locaes de jornaes baratos. Além de que, a palavra synthetica *jesuita* e o symbolo da queda da theocracia, individualisado no marquez de Pombal, são o vitalismo das tres gerações que se tem succedido nas avançadas militantes da liberdade. A porção do povo que não aprende nada em livros achou nos clubs a educação no discurso amoldado á sua capacidade, á sua docil ignorancia, e á sua congenial necessidade de revolucionar-se com palmas e gritos. Industriaram-no discursadores efficazes, grandes *phraseurs*, umas vezes ingenuos na sua insciencia audaciosa, outras vezes fraudulentos no seu jacobinismo contra as prerogativas

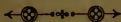
da corôa e das thearas. Crenças assim radicadas e causticas não se acalmam com cataplasmas de livros. São umas plectoras que ás vezes desgraçadamente se aliviam com sangrias enormes nas chamadas batalhas sociaes. Se essa hora nefasta chegar, as mandibulas do marquez hãode escancarar uma risada mephistophelica no seu sarcophago da rua Formosa.

Parece-me temeridade endeusar os despotas em um grande concurso de intendimentos embrionarios. Essa plebe escura, ou alumiada por instantaneos relampagos de phrases, se a vezarem á glorificação dos despotas defunctos, não saberá resistir aos vivos. Não sabem porque foi que o conde de Basto prendia, exterminava e enforcava? Porque lhe incutiram no craneo espêsso que elle era qual outro marquez de Pombal. E o conde de Thomar, ha 37 annos, não se lembrou tambem de ser Pombal? E estava no caminho de o ser a beneplacito regio, se não houvesse então uns athletas que se chamavam o Sampayo da *Revolução*, o José Estevão, o Leonel Tavares, os irmãos Passos, o Alves Martins e o Parada Leitão. Hoje, se os não ha — os Pombaes carnavalescos — é porque a Democracia os descaracterisou, adoptando-os na sua es-

chola. Ella teve artes e manhas de corromper o marquez, symbolycamente fallando, pela mesma rasão — oh justos ceus! ó instrucção primaria! — que eu já vi o marquez de Pombal comparado ao regicida Cromwell.

Eu não pedirei para os talentosos caudilhos do centenario o que pedia Goethe para si no extremo da vida — *luz, mais luz!* — A luz sobeja-lhes até ao deslumbramento. O que elles necessitam é mais larga comprehensão da Justiça, que só se adquire com esforçado trabalho de annos, menos palavrorio de clubs e mais canceira de estudo reflexivo. Quanto aos velhos que se encorporaram na festa pombalina dos academicos e nas bandeirolas das mestras de meninas, esses eram a porção do espectaculo que representava a antiguidade da tolice em todas as ideias novas.

PERFIL DO MARQUEZ DE POMBAL

A marqueza de Tavora

AGORA que temos ahi á porta o centenario do marquez de Pombal, vem de molde lembrar alguns episodios d'aquelle tempo.

Toda a gente sabe que as marquezas de Tavora eram simultaneamente duas: uma, D. Leonor, — a outra, D. Thereza. A primeira, a velha, foi a que morreu degolada como regicida em 1759; a segunda, casada com o marquez, filho da justiçada, era a barregan do gordo D. José I.

Esta passava os seus dias confortavelmente entre as commendadeiras de Santos, ao passo que o marido, no cadafalso de Belem, era estrangulado, fra-

cturado nas canas das pernas e nos braços a pancadas de marrêta, rodado, queimado sobre uma barrica de alcatrão, pulverisado e atirado ao Tejo.

O ministro inglez Hay escrevia então para a côrte de Jorge II:

«Pois que s. magestade deseja ser informado das particularidades d'esta conspiração, mencionarei uma circumstancia, que procuram occultar engenhosamente sem impedir que se não acredite, e é a unica a que se attribue o perfido procedimento dos Tavoras: — são as relações do rei com a mulher do marquez novo, as quaes começaram no tempo em que o general foi vice-rei da India e continuavam agora». (*Memoirs of the marquis of Pombal, by John Smith*).

D'este texto infere-se que a injuria feita pelo rei a um marido na condição vulgar do Tavora, se não se considerava uma mercê magnanima, estava tão longe de ser um delicto, que a tentativa de vingança foi considerada, pelo ministro inglez, um perfido procedimento — *treacherous behaviour*.

João Lourenço da Cunha, quando Fernando I lhe arpoou a mulher, adornou a sua fronte com duas pontas de ouro; outros maridos, porém, recebiam dos monarchas o ouro; e, em vez de o pôrem na cabeça em fórmas caprichosamente retorcidas, escondiam-o nas algibeiras para evitarem o escan-

dalo. Estes não se nomeam aqui para que os seus descendentes se não gabem de ter collaboração regia no seu genesis.

D'esta marqueza apenas direi que era galante e casada aos dezesseis annos com o marquez seu sobrinho e da sua mesma edade; aos vinte e seis, cedeu sem rebuço ás sollicitações do rei, e aos trinta e seis assistiu com heroico desplante ao desfecho da tragedia, cuja responsabilidade era toda sua. Era mulher forte a valer. Sobreviveu incolume, tranquilla e respeitada. Qualquer outra succumbiria no seu patibulo interior, vendo tão barbaramente supplicado seu irmão, o marquez de Tavora velho, sua cunhada e sogra a honrada marqueza D. Leonor, seu cunhado e sobrinho José Maria de Tavora, o outro seu cunhado conde de Athouguia, o duque d'Aveiro marido de sua irmã Leonor, e finalmente seu marido e sobrinho, que devia pungir-lhe a consciencia porque é certo que a adorava. Invulneravel a estes golpes, era natural que resistisse ás passageiras inquietações de ouvir o estertor dos que morreram nos subterraneos do Bugio e da Junqueira — uns que tiveram a boa sorte de morrer depressa, e outros que ahi agonisaram dezoito annos. O conde de Oeiras nada tinha que ver com o adulterio de seu real amo e senhor; mas agora que temos ahi á porta o centenario do marquez de Pombal, vem de molde lembrar alguns episodios d'aquelle tempo.

*

O meu empenho é dar a conhecer o perfil da marqueza de Tavora D. Leonor.

Tinha sido gentilissima, d'um talento extraordinario, muito lida, uma verdadeira distincção na côrte de D. João v. Quando foi do terramoto, contava ella cincoenta e cinco annos, e os que a conheceram n'esse tempo chamavam-lhe formosa. O congregado Theodoro d'Almeida, seu contemporaneo e amigo, escreveu um máo poema intitulado *Lisboa destruida*. Se o publicasse em vida de D. José I, teria o destino do sabio Moura Portugal e do padre José Moreira. N'este poema, publicado em 1803, ha uma vinheta, a do canto III em que se vê a meniatura da marqueza D. Leonor, e diz a tradição que era um retrato fidelissimo em que o artista se esmerara a rogos do poeta. Estão com ella a filha condessa de Athouguia, a nora marqueza de Tavora e uma neta. Representam-se a fugir do seu palacio derruido pelo terramoto. O congregado não extrema a marqueza velha das mais novas, quanto a belleza.

«N'este ponto avistaram de repente
«Junto a si *trez Matronas mui formosas.*

Quem avistou as trez matronas são dois sujeitos pouco epicos, Tirso e Misseno, que andam a philosophar por entre as ruinas. O poema raras vezes consegue ser lugubre como o caso pedia. Quando a gente se prepara para chorar na procissão de penitencia, o padre Theodoro d'Almeida, que triumphára no seu *Feliz independente*, dá-nos estas duas estancias :

Ali marcha entr'os justos misturada
Uma infame mulher, arrependida
De seus crimes, e vae já tão mudada,
Que sua face não é já conhecida.
O ermitão, cuja vida retirada
Estrangeiro o faria e morto em vida
Ali vai : vão tambem os Estudantes,
Os que vivem d'Officios, e os tratantes.

Vai um Monge, uma velha c'um letrado,
Um menino, e um cego c'um estrangeiro :
Vão dois padres, um coxo, um aleijado,
Um abbade, um marquez e um barqueiro,
Um ministro de Toga c'um soldado :
Não importa ir depois ou ir primeiro,
E a Gram Patriarchal finalisava
Este culto, com o qual Deus s'applacava.

Para que Deus se applacasse foi preciso que a procissão sahisse d'aquelle feitio. E, com effeito, sa-

crificadas 40:000 victimas, Deus applacou-se, e tudo correu pelo melhor, como dizia o Doutor Pangloss que os inquisidores queimaram em Lisboa, se Voltaire não mente [1].

No poema, os arrasoados da marqueza são sempre eloquentes. O padre Antonio das Neves, da congregação do oratorio, escreveu notas eruditas á *Lisboa destruida;* e, com referencia aos conceituosos discursos da marqueza, observa que foi facil ao poeta invental-os, pois que ainda eram vivas pessoas que a conheceram. O certo é que a marqueza, aos cincoenta e cinco annos, era ainda uma esbelta senhora com o aprumo juvenil e o garbo da mocidade sadia e alegre. A's maneiras fidalgas e altivez de raça ajuntava a superioridade do espirito, essa segunda fidalguia que devia tornal-a odiosa á estupidez das suas primas.

A marqueza foi vice-rainha da India, desde 1750 até 1754.

---

[1] Uns dizem 10:000, outros 15:000 victimas; porém Sebastião José de Carvalho, em um dos seus proprios panegyricos, diz que morreram pelo terramoto 45:000 pessoas.

Um dos muitos e máus poetas toanteiros d'aquelle tempo, celebrou assim o denodo da marqueza na coragem de se embarcar para a India:

Vai, ó formosa heroina,
Do mar essas ondas sulca,
Que, se és Venus na belleza,
Venus nasceu das espumas.

Se és divindade, não temas
Da salgada agua as furias,
Que até impera nos mares,
Immortal, a formosura.

Vai ser de Thetis inveja,
Ser de Neptuno ventura,
Das sereyas lindo encanto,
Das nymphas formosa injuria.

Os tritoens e as napeas,
Sende alegres testemunhas,
A nau — carroça, tu — Deusa,
Passêa as ondas ceruleas.

Vai que é pequeno hemispherio
Um só mundo ás luzes tuas,
E quem em um só não cabe
Juntamente o outro busca.

São do sol os diamantes
Producção brilhante e sua;
Se produz lá um sol tantos
Tres que farão? conjectura!

Vai examinar o oriente
D'onde sahe a luz mais pura,
Verás do teu nascimento
Bello esplendor, copia justa.

Vai que d'esta vez, Senhora,
Ficará por tua industria,
A valentia formosa,
A formosura robusta.

Mas vai só, vae teu esposo,
Tudo o mais creio se escusa,
Onde basta a tua fama
Sobeja a sua figura.

Sem violencia no estrago
Terão teus raios fortuna;
Se ao sol barbaros adoram,
Logo que chegas, triumphas.

Se anima entre dous corpos
Uma só alma e não duas,
Pois a não partes na ausencia,
Melhor a vida asseguras.

Á dor da saudade foges,
Tens razão, mostras desculpa,
Por um estrago suave
Trocas uma morte dura.

Agoa e fogo são contrarios,
Teu amor naturaes muda,
Pois faz com novo milagre
Que o incendio ao mar se una.

Vai! conheça o mundo todo,
Mais alto poder divulga;
Que o sexo que em ti domina,
O sangue que em ti circula.

Isto é o mais que podiam dar a Arte e o Ideal d'aquelle tempo,—o mais tenebroso eclypse das lettras em Portugal. Mas este sincero enthusiasmo inedito de Caetano José da Silva Souto-Mayor—o *Camoens do Rocio*, devia sahir das trevas para nos dar um testemunho do alto espirito e phenomenal formosura da vice-rainha que então orçava pelos cincoenta annos.

Dizem alguns historiadores que D. José I enviára capitão general para a Asia o marquez de Tavora, afim de lhe poder conquistar a nora, cuja honestidade era vigiada impertinentemente pela marqueza velha. A desmoralisação era possivel; mas o ana-

chronismo desmente-a. D. José não era rei quando o marquez foi despachado. D. João v morreu, quando o marquez vice-reinava. E' todavia acceitavel que o principe cooperasse para esse despacho, porque a data provavel do adulterio de D. Thereza justifica o lapso dos historiadores.

Ingratamente pagava D. José I ao marquez as pomposas festas de acclamação que lhe celebrava em Gôa. N'este lance, o espirito da vice-rainha creou coisas novas na India, e deu aos estrangeiros um testemunho da ficticia magnificencia do genio portuguez. Foi ella quem fez construir o primeiro theatro na capital da India, para festejar em trez noites a acclamação do rei. O theatro era no paço de Pangim. A primeira peça representada foi em francez — a tragedia de *Poro vencido por Alexandre*, de Corneille.

São seis os personagens. Cinco dos actores eram francezes e um portuguez, familiares da marqueza, á excepção de dois officiaes, filhos do coronel Pierremont. A maior parte dos assistentes não entendia palavra; mas — diz o desembargador de Gôa Francisco Raymundo de Moraes Pereira — *foi a representação feita com tão vivas expressões que ajudados de um summario em portuguez que a senhora marqueza tinha mandado traduzir da opera, todos sahiram satisfeitos e agradados da novidade, unica até ao presente em Gôa.*

Quem talhou os soberbos costumes e dirigiu a

guarda-roupa foi a marqueza. Como a tragedia se passava na India, foi facil seguir o rigor dos ricos trajos. A vice-rainha assistiu aos lavores de camarim; e, muito intransigente em pontos de verosimilhança, quiz que tudo tivesse a cor local. Nem na Europa se representaria tão cabalmente, diz o desembargador [1].

Depois da tragedia, houve baile em que dançaram os interlocutores e alguns officiaes extrangeiros disfarçados. O desembargador não explica o disfarce: quereria dizer que fingiam damas, talvez as bayaderas levantinas. O arcebispo primaz assistiu á tragedia e ao baile, na frente da plateia, ao lado esquerdo do vice-rei. Findas as danças, a marqueza deu uma lauta ceia ás fidalgas goezas.

Na noite seguinte, representou-se uma opera portugueza, desempenhada por curiosos, em que entraram os Correias de Sá, irmãos do visconde de Assêca. A opera era *Adolonymo em Sidonia*, diz o desembargador com insufficiente correcção. *Apolonymo em Sidonia*, é que era, imitação de *Alessandro in Sidonia*, de Apostolo Zeno, indigesta empada impressa em 1740. Agradou muito *pela intelligencia do idioma*, accrescenta o chronista.

---

[1] *Annual Indico Lusitano dos successos mais memoraveis e das acções particulares do primeiro anno do felicissimo governo do Ill.^mo e ex.^mo snr. Francisco d'Assis de Tavora, marquez de Tavora,* etc. Lisboa, 1753.

Dois dias depois, houve outro jantar para os cavalheiros, outra ceia para as damas, e representação de uma comedia hespanhola. Mas o grande banquete a toda a nobreza foi no quarto dia dos festejos, em que os brindes eram acompanhados a salvas de artilheria. Nunca se vira no oriente uma exuberancia egual de iguarias. O magistrado exclama profundamente tocado: «Competiu em todos estes dias a grandeza com a profusão, estando a copa de sua sua excellencia aberta e prompta para todos os que queriam chá, chocolate, café, doces e outras delicadas bebidas, sendo egual o gosto dos creados que serviam á grandeza e realeza do sangue do seu illustrissimo e excellentissimo amo!» A marqueza fazia então distribuir regalos e avultadas esmolas pelas familias fidalgas decahidas em miseria — reliquias dos antigos potentados da Asia arruinados pela dissipação; e durante os quatro annos do seu vice-reinado subsidiava com mesadas os que não podiam vir ao paço receber as esmolas. Esses mendigos envergonhados eram os legitimos representantes da India portugueza.

A caridade da marqueza era tanto ou quanto maculada pela soberba da sua estirpe. Não descia uma linha da pragmatica da sua alta posição. A esposa de um rajhah enviara-lhe um rico presente; mas no sobrescripto da carta não lhe dera *excellencia*. A marqueza devolveu-lhe o presente e a carta, — coisas que lhe eram decerto entregues por en-

gano, visto que a *illustrissima* não era a vice-rainha da India. A mulher do regulo emendou; e, feita a errata, o presente foi recebido e liberalmente compensado.

O marquez inventára um ataque simulado entre a tropa e os sipaes para festejar a acclamação. Nas suas *Instrucções* aos sargentos mores e aos coroneis, declara preremptoriamente que, se algum dos soldados não andar bem, depois de ensaiado, *será castigado asperissimamente*. E os soldados, para evitarem o castigo, quando atacavam Pangim defendido pelos sipaes atiravam-se ao mar despidos e calçados; e uns pobres cavalleiros, para evitarem a conflagração de uma mina, attascaram-se com os cavallos n'um pantano, d'onde lhes custou muito a saír com vida.

Este marquez de Tavora era intelligente. Não inventou a polvora; mas inventou um engenho de a moer com perfeição desconhida; e quem inventou o moinho, tambem seria capaz de inventar a polvora, se fosse preciso. O desembargador descreve largamente os pormenores da *machina inventada pelo ex.^{mo} vice-rei*, e demonstra que o barril de polvora de custo de 56$000 réis, pelas reformas e invenções do marquez, se obtinha por 33$000 réis. Elle tambem fez bom uso da polvora contra os regulos, n'aquella guerra de cabotagem em que os vice-reis imaginavam sustentar as tradições dos Albuquerques e dos Castros. Castigou o Canajá, inimigo poderoso que infestava os mares; arrasou a fortaleza

de Neubadel e queimou as embarcações. Soccorreu Neutim e venceu o Marata em batalha naval. Tomou a fortaleza de Piro ao rei de Sunda e devastou as terras de Pondá e Zambaulim. Emfim, as proezas do marquez de Tavora tem a immortalidade de quinze opusculos de auctores diversos archivados pelo snr. Figaniére, e quasi todos raros, por que, depois da conspiração contra o rei, houve o proposito de illiminar da historia o nome e os serviços da familia Tavora.

O ex-vice-rei, quando se recolheu ao reino, em 1754, já não encontrou na barra de Lisboa os membros da familia real que o tinham ido cumprimentar e acompanhar na sahida para o oriente. D. José I já participava do odio do seu ministro á familia que o desconsiderára por que, em verdade, os Tavoras não conheciam Sebastião José de Carvalho, neto do padre Sebastião da Mata Escura e da preta escrava Martha Fernandes. A marqueza, quando desembarcou, estava triste; sabia que a sua casa estava deshonrada, e que seu filho devorava em silencio a affronta da esposa. Não obstante, a ex-vice-rainha era a grande fidalga, a mais perfeita senhora, o mais brilhante espirito dos salões onde se não via Sebastião José de Carvalho.

Agora, as duas paginas finaes do destino da mais formosa joia da côrte de D. João V.

A aurora do dia 13 de janeiro de 1759 alvorejava uma luz azulada do eclipse d'aquelle dia, por entre castellos pardacentos de nuvens esfumaradas que, a espaços, saraivavam bátegas de aguaceiros glaciaes. O cadafalso, construido durante a noite, estava humido. As rodas e as aspas dos tormentos gottejavam sobre o pavimento de pinho. Ás vezes rajadas de vento do mar zuniam por entre as cruzes das aspas e sacudiam ligeiramente os postes. Uns homens, que bebiam aguardente e tiritavam, cobriam com encerados uma falua carregada de lenha e barricas de alcatrão, atracada ao caes defronte do tablado. A's 6 horas e 42 minutos ainda mal se entrevia a facha escura com umas scintillaçoens de espadas nuas, que se avisinhava do cadafalso. Era um esquadrão de dragoens. O patear cadente dos cavallos fazia um ruido cavo na terra empapada pela chuva. Atraz do esquadrão seguiam os ministros criminaes, a cavallo, uns com as togas, outros de capa e volta, e o corregedor da corte com grande magestade pavorosa. Depois — uma caixa negra que se movia vagarosamente entre dois padres. Era a cadeirinha da marqueza de Tavora, D. Leonor. Alas de tropa ladeavam o prestito. A' volta do tablado postaram-se

os juizes do crime, aconchegando as capas das faces varejadas pelas cordas da chuva. Do lado da barra reboava o mugido das vagas que rolavam e vinham chofrar espumas no parapeito do caes. Havia uma escada que subia para o patibulo. A marqueza apeou da cadeirinha, dispensando o amparo dos padres. Ajoelhou no primeiro degráo da escada, e confessou-se por espaço de 50 minutos. Entretanto martellava-se no cadafalso. Aperfeiçoavam-se as aspas, cravavam-se pregos necessarios á segurança dos postes, aparafuzavam-se as roscas das rodas. Recebida a absolvição, a padecente subiu, entre os dois padres, a escada, na sua natural attitude altiva, direita com os olhos fitos no espectaculo dos tormentos. Trajava de setim escuro, fitas nas madeixas grisalhas, diamantes nas orelhas e n'um laço dos cabellos, envolta em uma capa alvadia roçagante. Assim tinha sido preza, um mez antes. Nunca lhe tinham consentido que mudasse camiza nem o lenço do pescoço. Receberam-a tres algozes no tôpo da escada, e mandaram-a fazer um giro no cadafalso para ser bem vista e reconhecida. Depois, mostraram-lhe um a um os instrumentos das execuçoens, e explicaram-lhe por miudo como haviam de morrer seu marido, seus filhos, e o marido de sua filha. Mostraram-lhe o masso de ferro que devia matar-lhe o marido a pancadas na arca do peito, as tesouras ou aspas em que se lhe haviam de quebrar os ossos das pernas e dos braços ao marido e aos filhos, e

explicaram-lhe como era que as rodas operavam no garrote, cuja corda lhe mostravam, e o modo como ella repuchava e estrangulava ao desandar do arrôcho. A marqueza então succumbiu, chorou muito anciada, e pediu que a matassem depressa. O algoz tirou-lhe a capa, e mandou-a sentar n'um banco de pinho, no centro do cadafalso, sobre a capa que dobrou de vagar, horrendamente de vagar. Ella sentou-se. Tinha as mãos amarradas, e não podia compor o vestido que cahira mal. Ergueu-se, e com um movimento do pé concertou a orla da saia. O algoz vendou-a; e ao por-lhe a mão no lenço que lhe cobria o pescoço, — *não me descomponhas* — disse ella, e inclinou a cabeça que lhe foi decepada pela nuca, de um só golpe.

Este começo de carniceria, n'aquella manhã de nevoeiro, debaixo de um ceu de chumbo, impassivel como a lamina que degolou Leonor de Tavora, hade sempre lembrar com horror e piedade. Porém, que nome execrado, que verdugo responsavel escreveremos na pagina da Historia? Sebastião José, esse não tinha nada que ver com os adulterios de seu real amo e senhor. Mas agora que ahi temos á porta o centenario do marquez de Pombal, vem de molde recordar alguns episodios d'aquelle tempo.

Os Tavoras

(CARTA A GONÇALVES CRESPO)

Porque é que Henri Heine e Gonçalves Crespo intitularam NOCTURNOS o livro dos seus versos? *Nocturnos* uns poemas tão luminosos, com uma claridade tão boa, tão oxigenada para os coraçoens das damas e para as almas dos philosophos! *Nocturnos* iria bem nas lyricas plangentes do romantismo, quando o poeta, no tetrico silencio da noite alta, ia aos adros dialogar com a coruja do eremiterio e levar ao môcho as consolações de um socio no infortunio.

Não pode ser. A intenção do titulo deve ser diversa da que se exprime no adjectivo trivial das coisas tristes e escuras.

*

Nocturnos chamam-se os tres psalmos de uma das preces matutinas do ritual christão. Os monges resavam os *Nocturnos* ao repontar da manhan, aos primeiros alvores do diluculo. Eram os psalmos do arrebol, auroras, alvoroço e trilo de aves, zumbido de insectos, a faxa dos horisontes a esbater-se n'uma poeira doirada, balsamos e aromas de corollas a desabotoarem-se, a natureza adorando-se em si mesma, tudo alegrias, muita luz em fim. Deste modo, meu presado poeta, intendo eu o nome deste seu cofre de joias que V. Ex.ª intitulou NOCTURNOS.

Não pretendo aquilatar estas joias. Estou velho de mais para tão subtis especulaçoens. O aço do meu cerebro, oxidado pelos muitos invernos, ja não espêlha imagens lyricas. Escrevo-lhe com a pretenção modesta e caturra de fazer em prosa deslavada uma glossa a este soberbo soneto que V. Ex.ª me offerece:

NO JOGO DAS CANNAS

Em garbosos corceis da Arabia cavalgando
Entram na larga arêna os proceres luzidos;
Corusca a pedraria, e esplendem, fluctuando,
Dos cocares a pluma e a sêda dos vestidos.

A quadrilha gentil dos Tavoras ardidos,
Com os lacaios da Tôrre um prélio simulando,
Terça galhardamente; o apparatoso bando
Deixa os olhos da turba em extase embebidos.

Nas janellas do paço é toda a fidalguia:
Que jocundo prazer, que risos, que alegria!
Espectaculo augusto, e nobre, e singular.

O sexto Affonso applaude: emtanto, maliciosa,
Maria de Nemours, sorrindo, a incestuosa!
No cunhado, subtil, poisa o lascivo olhar...

«A quadrilha gentil dos Tavoras» diz V. Ex.ª É de Tavoras tambem e d'um torneio que eu lhe vou lembrar a cavalleirosa historia.

O visconde de Villa Nova da Cerveira, estribeiro-mór da princeza do Brazil, mulher do principe D. José, convocou trinta e dois fidalgos da primeira grandesa em 1738, para festejarem o anniversario natalicio da futura rainha D. Maria Anna Victoria com escaramuças militares, ao estylo africano, e corrida de touros pelos fidalgos mais peritos e celebrados n'essa prenda. Eram o duque de Cadaval, os marquezes de Tavora e Alegrete, e Manoel Antonio de Sampayo e Mello, senhor de Villa Flor.

Construiu-se um amphiteatro, na Junqueira, em que trabalharam por espaço de sessenta dias trezentos e quarenta e cinco carpinteiros. Da actividade

d'esses artistas falou a poesia de um vate contemporaneo:

Sempre estão trabalhando
por que estão os mais d'elles conversando
no machado encostados;
quem os partira a todos c'os machados!

Quanto á materia prima do edificio, disse outro contemporaneo em prosa epica que era *frondosas producçoens de Flandres*. Dizer *pinho* seria uma affronta á Rhetorica e á Academia dos Occultos. Á entrada do circo havia um perystilo com quatro donzellas aos cantos, figurando as quatro partes do globo. A respeito d'estas figuras emblematicas disse o mesmo poeta:

Tarjas formosas se divisam bellas
entre as quatro figuras das donzellas;
isto, ja se suppõe, galanteria;
por que donzellas ja as não havia,
quando houve quatro partes do universo,
nem ainda em prosa quanto mais em verso.

O Luis XIV portuguez tinha destes Boileaus.

O duque de Cadaval, estribeiro-mór, foi o ensaiador dos torneios. Repartiram-se em quatro grupos ou *Fios* os trinta e dous fidalgos. Cada fio tinha seu *Guia*. Os quatro caudilhos dos grupos eram o

Cadaval, o marquez de Tavora, o conde de S. Miguel e o visconde de Villa Nova de Cerveira.

Antes de entrarem os espaventosos fios na praça, contemplemos um ou dous barandins de damas do paço, e não paguemos egual preito aos camarotes dos reis e infantes, e dos ministros e dos tres cardeaes — uma grande massa rubra de sujeitos gordos, coalhados de coisas que scintillavam, e roçagando pomposas vestimentas da purpura de Sydonia.

No camarote da princeza do Brasil explendia o grupo das suas açafatas. Realçavam em fidalguia, em primor de atavios, estrelladas de diamantes e deslumbrando por formosura seis damas muito intimas da princeza D. Maria Anna Victoria.

A marqueza de Tavora, que tinha sido a primacial bellesa da côrte de D. João v, orçava então pelos trinta e oito annos, e não era menos contemplada na admiração dos personagens que faziam a sua côrte ás gentilissimas senhoras. Entre ella e sua filha Marianna, promettida ao conde de Athouguia, estava a princeza Marianna Leopoldina de Holstein, casada tres annos antes em Allemanha com D. Manoel de Sousa Calhariz, capitão das guardas allemans. A marqueza fallava em francez com a prin-

ceza; e sua filha Leonor, uma menina de dez annos, que, volvidos oito, foi marqueza de Alorna, ouvia muito attenta a conversação que não percebia. No regaço da marqueza sentava-se ás vezes, muito trêfego, um menino de tres annos, o seu filho mais novo, José Maria, a quem a futura rainha acariciava.

N'outra bancada de velludo cramezim, D. Theza de Tavora, irman do marquez, olhava de relance com amoroso sorriso seu sobrinho e noivo Luiz Bernardo de Tavora, um esbelto moço de quinze annos, da mesma edade de sua tia, com quem lhe haviam contractado o casamento. Esta menina, muito buliçosa e desinvolta, segredava ditos alegres a D. Pelagia de Almada, neta da princeza de Soubise, e ambas, em froixos de riso, desviavam os olhos da fixidez de um fidalgo quasi sexagenario que as não desfitava com a fronte avincada de ciumes do principe D. José. Era D. Luiz de Castello Branco, um sujeito obeso que tinha sido conego da patriarchal; e, como o primogenito morresse sem successão, herdara-lhe a casa e o titulo de conde de Pombeiro. Elle alcançara dispensa para casar, e todo seu empenho era matrimoniar-se com os vinte annos encantadores de D. Pelagia, afim de propagar-se mediante uma senhora a todos os respeitos digna do facto physiologico e genealogico.

E o caso é que se propagou, casando-se no anno seguinte. Os ciumes, porém, eram injustos. O principe, em verdade, olhava com insistencia menos ho-

nesta para a mais nova das damas — a menina Thereza Tavora, a das argentinas casquinadas que o faziam por vezes esquecer-se da sua gravidade de marido, de pai e de futuro rei. A cunhada e promettida sogra da linda creança, a marqueza de Tavora D. Leonor olhava de soslaio para o principe e com um toque de cotovêllo malicioso chamava a attenção da princeza de Holstein.

Havia no grupo das damas do paço outra Leonor de Tavora, (eram tres as Leonores) irman do marquez, esposa destinada para o marquez de Gouvêa, mordomo mór, que do camarote real a cortejava com sorrisos e gestos familiares. D. José Mascarenhas contava então trinta annos. Nascera filho segundo, e, como tal destinara-se para a mitra; mas um desatino amoroso do irmão mais velho, que fugira quatorze annos antes com D. Maria da Penha de França, casada com D. Luiz d'Almada — e assim se expatriára para sempre — lhe deu a grande casa, o titulo e a mordomia mór. Era muito soberbo e muito odiado, de mistura com seu tio, o sinistro arrabido fr. Gaspar da Encarnação que dominou D. João v. Leonor de Tavora, pouco afortunada de bens, tinha vinte annos e formosura que justificava a paixão do marquez com quem casou no anno seguinte, e por quem, passados treze annos, foi duqueza d'Aveiro.

Estas senhoras compunham a constellação mais coruscante do circo; mas luziam muitas estrellas su-

balternas que poderiam allumiar o interesse d'este quadro em tella muito maior. As damas da côrte de D. João v eram prodigios de galanteria. Um escriptor coevo, filho de Vizeu, Manoel Marques Resende, immortalisou-se por esse tempo com um opusculo intitulado *Espelho da côrte*. A impar de noticias de antigas mulheres bonitas, e não menos sacudido por convulsões rhetoricas, diz elle ao seu amigo *Fileno*: «Emquanto á gentil presença das pessoas, sejam os vossos olhos as linguas que vos informem, pois tereis visto que as Helenas, as Venus, as Julias, as Laidas, as Lamias e as Floras, que foram as trez mais agigantadas formosuras e mais famosas que nasceram na Asia, e outras muitas que celebra a antiguidade, não podiam competir (ainda que pareça hyperbole) com a galharda simetria, airosa composição, magestosa bellesa e singular graça das formosuras d'esta côrte.» Não se póde ser mais historico e fino galan! E com os homens tambem não é parco: «Nem o Adonis de Venus, o Narciso de Ecco, o Jacinto de Apollo e o Ganimedes de Jupiter podiam oppor-se ao garbo, confiança, gentilêsa e pompa da mocidade.» E' o mais que se póde dizer d'aquelles lisboetas, do seculo XVIII, já agora tão degenerados, tão gafos e corroídos que encostam a sua espinha empenada ás humbreiras das tabacarias do Chiado. Outro chronista das festas, Fernando Antonio da Rosa, fortalece o conceito do seu collega Rezende: «Em toda a circumferencia d'esta soberba

e magestosa fabrica se mostrava tão admiravel harmonia de bellesas que, deixando em esquecimento as Europas, as Danaes e as Didos, formava toda esta variedade de maravilhas, em um inimitavel jardim de sensiveis viventes flores, um perceptivel firmamento de animadas racionaes estrellas.» Taes eram aquellas Europas.

A liça trasborda de titulares, de moços fidalgos e desembargadores. Abundam conegos e monsenhores. Prelados de ordens ricas refocilam-se das costumadas austeridades. Gaiatos apregoavam alféloa e agua fresca em bilhas de Extremoz. Viam-se em palanques modestos os argentarios do commercio — os *tratantes*, como então se dizia profeticamente e inconscientemente. Fóra do circo, no restante terreno da Junqueira até ao largo de Belem, estanceavam trez mil sete centas e vinte e oito carruagens; sobre o Tejo velejavam trez mil e nove centas embarcaçoens. Os sociologicos de hoje em dia ponderam que n'aquelle tempo havia uma grande miseria dissolvente a pedir um Pombal redemptor. Eu sou da eschola historica positivista de Thomas Buckle. E' da estatistica das bêstas que deduso a prosperidade dos homens. Trez mil sete centas e vinte e

oito carruagens inculcam pelo menos sete mil quatro centas e cincoenta e seis cavalgaduras. Isto, n'um dado momento, á volta de uma praça de toiros, poderá significar a dissolvencia de um paiz, demonstrando-se que uma autonomia póde ser dissolvida a couces. Está, porém, provado que não, visto que ainda fruimos as philarmonicas do 1.º de dezembro e hymnos correlativos; e, quanto a bêstas, talvez ainda mais que as sete mil quatro centas e cincoenta e seis, não incluindo ninguem pessoalmente [1].

---

[1] O luxo progrediu, e passou por cima das pragmaticas de D. João V e de D. José I, até que o terramoto de 1755 subverteu a maior parte dos grandes patrimonios e redusiu os pequenos á pobresa. Em 1754, apezar das ruas estreitas e declivosas, havia em Lisboa 300 côches, 4:500 seges de particulares, mais de 400 de aluguer, e um grande numero de liteiras, paquebotes e cadeiras-de-mão. O marquez de Pombal escreveu impudentemente que, entrando para o ministerio em 1750, achára o reino pobre e o erario vasio. No anno anterior ao terramoto, D. José I recebeu dos seus direitos quantia superior a 14 milhões de cruzados. Quando Portugal experimentou a suprema e vergonhosa miseria foi no ministerio do conde de Oeiras. Em 1759, os soldados que guardavam a porta do conde de Oeiras pediam esmola a quem visitava o ministro; ao embaixador francez conde de Merle pediu publicamente esmola um sargento. Em

Doze mil pessoas não acharam entrada. Essas doze mil pessoas foram ver os ornatos das torres de Belem e do Bugio. D'esta embandeirada torre disse o epico das festas:

Ali vi a fortaleza do Bugio
Com quem de quando em quando
Muita mestrança andava bugiando,
E sem lhe darem vaia
Vinham os mais d'elles bugiar á praia.

1762, o embaixador O-Dunne participava ao conde de Choiseul que os sargentos de algumas companhias e um capitão lhe tinham pedido esmola. Em 1759, o rei, querendo ir para Mafra, e não tendo dinheiro, levantou do deposito publico 28 contos de reis; e, no mesmo anno, querendo ir para Villa Viçosa, levou o dinheiro apurado na venda dos moveis, pertenças dos jesuitas. *(Quadro Elementar,* t. VI, p. 144, 153, 171, e t. VII, p. 150). Tambem Portugal, em 1756, recebera de Inglaterra uma esmola de 100:000 libras para remediar a catastrophe do terramoto *(Quadro Elementar,* tom. XVIII, pag. 361). E, quando a tropa portugueza mendigava aos representantes da França em 1759, pagava o thesouro 36:000 cruzados por dous mezes ao cantor Egipcielli e pelo mesmo tempo pregava-se á porta da Alfandega um edital em que D. José I pedia ao paiz dinheiro emprestado. Que pelintragem! que rei e que ministro!

Não sei que magestade olympica, phenomenal, que synchronismo esthetico descubro n'este poeta com o sultão de Odivellas e com aquelles fidalgos alcaiotes do rei e dos principes! Aquelle homem sabia-se rir. Os portuguezes eram indignos d'elle, do vingador de Camoens — um palerma que tomara a serio este Portugal, velho devasso do occidente, em que depois a Maria de Nemours do seu soneto, meu presado Crespo, inoculara o virus que trouxera do duque de Lauzun.

A trova, dos tempos da incestuosa, disia:

> Enfermo do mal francez
> Ha annos está Portugal,
> E não sára d'este mal
> Porque o curam ao revez.
>
> . . . .
>
> De uma rainha franceza
> Que aqui veio a Portugal
> Se pegou tão grande mal
> Nesta Nação portugueza.
> Penetrou mais na nobreza
> Este pestifero humor;
> Já não ha grande senhor
> Que este veneno escondido
> Lhe não tenha corrompido
> De seu peito o interior.
> Etc.

D'este satyrico de 1680 não sei diser-lhe o nome nem o carrasco lh'o soube; mas o outro, o das fes-

tas da Junqueira, era do Porto e chamava-se Thomaz Pinto Brandão. Como a fome o não pôde matar, morreu aos oitenta annos a rir. Contra a fome reagiu escrevendo *Relaçoens* e *Gazetas*. E, fóra d'isso, achava que o poeta em vez de comer, era um comestivel da desgraça. E exclamava:

Não haja mais poetas
do que os das Relaçoens e das Gazetas;
d'isto se come? ah Christo!
quem tivera mais cedo dado n'isto! [1]

[1] Os biographos de Thomaz Pinto Brandão ignoram que elle, como Luiz de Camoens, teve o officio de escrivão dos defuntos e ausentes, com a differença que não perdeu um ôlho nas pelejas da Africa nem andou pelo Oriente como o seu collega. Muito fino. Dinheiro em requerimentos tambem não dispendeu ceitil. Era elle quem escrevia as suas petiçoens n'este genero:

Diz Thomaz Pinto Brandão,
morto de fomes presentes,
que dos defuntos e ausentes
pretende ser escrivão;
e por quanto *Minas* são
as de que intenta dar fé,
pede lhe concedam que
largando a penna das côrtes,
tome a do Rio das Mortes
e receberá mercê.

Requeria a escrivaninha dos ausentes e defuntos do Rio das Mortes em Minas-Geraes.

D. João v gostou da chalaça e mandou que o despachas-

Agora, vamos á festa. Entreram primeiro duas columnas de granadeiros com os seus sargentos mô-res; e, com fim de apresentarem armas, fizeram umas difficilimas manobras de quartos de conversão, terços de fileiras — uma cousa linda, linda, em que os sargenros-móres, uns paparrêtas d'uma conspicuidade de milicianos, se ensaiavam para as futu-

---

sem; mas o poeta, receando claudicar no officio ou naufragar como Luiz de Camoens, intendeu que para se livrar de contingencias que lhe manchassem a memoria perante a posteridade, o mais acertado era vender o officio com o regio consentimento. N'uma noite de luminarias em anniversario de natalicio real, requereu de novo:

> Diz Thomaz Pinto Brandão
> sem bom nem máo exercicio
> que hoje renuncia o officio
> se propina lhe não dão.
> E pois que acêzo *brandão*
> por luminaria se vê,
> pede lhe permittam que
> possa pôr n'outro mancebo
> officio, luz, mecha e sêbo,
> e receberá mercê.

D. João v riu-se muito, e mandou aceitar a renuncia. Poeta e rei muito bons ambos. Quantos prosadores infelizes, cheios de serviços, teriam requerido o emprêgo?

ras gargalhadas de sua alteza o conde de Lippe. Quando a tropa desalojou em linhas pelas quatro portas da praça, deixando a todos penhorados, pegaram de entrar os Guias com os seus cavalleiros [1]. Cadaval é o primeiro. Precede-o uma azemola com o seu martinete emplumado e dois costaes com as canas e alcanzias, velados por um chairel verde com as armas ducaes do estribeiro-mór. Cinco lacaios de libré verde e galoens de prata conduzem outros tantos ginetes á mão, ajaezados de arreios cravejados de pedraria, franjados de ouro, e seus telizes armoreados. Seguem trinta e um cavallos com

[1] Os quatro grupos ou fios com os seus guias eram assim formados:

1.º

Guia — Duque de Cadaval

Cavalleiros:
- Marquez d'Alegrete.
- Conde de Povolide.
- D. Antonio Rolim de Moura (Azambuja).
- José Bernardo de Tavora (coronel).
- D. João da Costa (Soure).
- Conde de S. Thiago.

Contra-guia — Manoel de Tavora.

2.º

Guia — Visconde de Villa Nova da Cerveira.

Cavalleiros:
- Conde de Lavradio.
- Conde de Val de Reis.
- D. Francisco Xavier Pedro de Souza.
- Manoel Antonio de Sampaio e Mello.
- D. Manoel de Souza (Calhariz).
- Luiz de Saldanha da Gama.

Contra-guia — D. Braz Balthasar da Silveira.

os respectivos lacaios e chaireis roçagantes com o brazão de cada um dos cavalleiros. Mais, deseseis moxillas com as lanças e adargas, um timbaleiro e cinco trombeteiros equestres á frente de um alferes que desfralda um estandarte farpado de setim verde com franja de ouro e as armas do Cadaval. Depois, o duque com a sua quadrilha, a trez de fundo, cortejam o rei, os principes, as damas, e arrumam-se a um lado. Os cavallos resfolgam, relincham e escarvam na terra borrifada, fitam as orelhas e curveteiam ligeiramente á vontade dos cavalleiros. Eram da primeira grandeza os fidalgos; mas, a ca-

---

3.º

Guia — **Marquez de Tavora.**

Cavalleiros:
- **Ayres de Saldanha d'Albuquerque.**
- **Antonio de Saldanha d'Albuquerque.**
- **Luiz Guedes de Miranda (Murça).**
- **Nuno de Tavora (Alvor).**
- **D. Fernando d'Almeida.**
- **D. Thomaz da Silveira d'Albuquerque.**

Contra-guia — **D. Luiz de Portugal.**

4.º

Guia — **Conde de S. Miguel.**

Cavalleiros:
- **D. Francisco de Menezes (Ericeira).**
- **Visconde de Villa Nova da Cerveira (Telles).**
- **D. Alvaro José Botelho (S. Miguel).**
- **Francisco Xavier de Miranda Henriques (Sandomil).**
- **D. Marcos de Noronha (Arcos).**
- **José Joaquim de Miranda Henriques.**

Contra-guia — **D. Luiz de Souza (Calhariz).**

vallo, ficavam maiores, e sentiam-se electrisados pelo fluido da admiração de todas aquellas Europas e Didos, como dizia o outro.

A entrada e as pompas dos restantes grupos regulam pelo primeiro. O que de algum modo os descrimina é a côr da plumagem dos cocares: o duque, plumas brancas e verdes, e os cavallos adornados das mesmas côres; Tavora, plumas brancas e escarlates; S. Miguel, brancas e amarellas; Villa Nova da Cerveira, brancas e azues. Quanto a riqueza de ornatos, diz o chronista, excediam *a opulencia dos Midas*. Não falla em orelhas.

O primeiro espectaculo foi uma escaramuça de labyrinto. O meu amavel Crespo imagina o que era a escaramuça de labyrinto, e o torneio das lanças, e o das canas ou flexas que uns despediam e outros desviavam com a espada. Taes proezas fizeram que na opinião do Homero pedestre d'estas lides, os fidalgos *venceram n'este dia os mais celebres Cavalleiros da fama*. O que valia a Portugal eram estas escaramuças. Devia-se aos taes cavalleiros da fama o imperio da Africa, da India, não fallando nas conquistas, navegações da Ethiopia, Arabia e Persia, e *seus dominios*, que é mais alguma coisa, de que ainda se está gosando o snr. D. Luiz I.

Depois, houve o jogo das alcanzias. As alcanzias, como sabe, eram umas espheras ôcas de barro pintado, que elles atiravam á cara uns dos outros; o atacado defendia-se com o escudo; e as bolas (pode

lêr *os bolas,* se quizer) desfaziam-se com o choque. Meus ricos fidalgos, como elles se apercebiam de bravura, com pellas de barro, para manterem a sua hombridade, quando viesse depois arpoal-a a garra de um só homem!

Desfeitas as alcanzias, acabou-se o primeiro dia de festa, e descançaram quarenta e oito horas.

Seguiu-se a tourada real. Os quatro cavalleiros toureadores eram, como eu já disse, os mais celebrados do tempo. Eil-os que entram na praça, tirados por seis ursos, e sentados n'um faetonte. O carro, assim chamado, era aberto por todos os lados, para que a multidão os visse. Assim que suas magestades entraram na tribuna real, sahiram da praça os cavalleiros, *deixando em todos,* assevera o Rosa, *uma segura esperança de ser esta a tarde mais plausivel do presente seculo.* Plausivel pelos trambolhoens que levaram os fidalgos, como vae vêr. O marquez de Tavora, um ginetario de primeira ordem, com a sua casaca de gorgorão amarello, de alamares de prata, calção de velludo negro, polainas brancas com fitas amarellas, chapeo agaloado de prata, plumas brancas, guarnecido de topazios e presilhas de brilhantes, contava então trinta e cinco annos, era coronel de cavallaria, e muito gentil da sua pessoa. A marqueza soffreu no seu coração e na sua vaidade quando o marido, por lhe cahir um estribo, deu azo a que o marquez de Alegrete matasse o boi com o garrochão. D'outra

vez, o touro foi-lhe de encontro ao cavallo, e atirou o cavalleiro tão alto, que o vento lhe levou o chapeo, e o cavallo morreu. O Alegrete vingou o Tavora, matando o boi á espada; mas d'um modo que nos espantaria, se não soubessemos dos poetas coevos que este marquez costumava abrir com a mesma cutilada o boi e a sepultura do morto. D'esta vez, porém, fez mais, conforme attesta o chronista: *deu-lhe tão grande golpe sobre o espinhaço que logo pela ferida sahiram ao boi as entranhas.* Se lhe dá o golpe no ventre, sahia-lhe por elle o espinhaço. O marquez de Alegrete á sua parte matou tres bois, e os outros mataram cinco. O Tavora e o senhor de Villa Flôr sahiram contusos, mas gloriosos, pela parte que tiveram nas cutiladas que espadanavam jorros de sangue na praça, em quanto os bois eram arrastados pelos lacaios. Ninguem deplorava os atassalhados animaes. N'aquelle tempo ainda não havia o sentimento que o senhor de Pancas, n'um opusculo memorativo d'outras toiradas regias, chamava, com fidalgo azedume, *philantropia cornigera.*

No terceiro dia repetiram-se as escaramuças do primeiro, e terminou a festa por uma continencia a suas magestades em que entraram, afóra os trinta e dous fidalgos, cento e noventa e dous lacaios, e duzentos e quarenta cavallos.

O relator das proezas dos trinta e dous próceres que, ajudados dos volantes, abatêram oito bois á espada e garrochão, conclue assim o seu pregão enviado á posteridade: *Veja e admire o mundo que se nas vistosas acções de um fingimento conduz para respectiva admiração o invencivel esforço d'estes Heroes, sendo esta apparencia de guerra um emprego de curiosidade, que fará se chegar o tempo em que descarreguem os golpes, movidos ou obrigados dos furiosos impetos da colera ou dos nobres impulsos da vingança?*

Os golpes vieram, «vibrados pelos furiosos impetos da colera» e não acharam arnez que os rebatesse d'aquelle peito de fidalgos dissolutos incapazes de reagir ao braço forte de um adversario offendido e inexoravel. A maioria, senão todos os magnatas d'essas festas, n'aquelle anno de 1738, murmuravam do rei que abrira a carreira diplomatica em Londres a Sebastião José de Carvalho, que os fidalgos de primeira grandeza despresavam pelo seu nascimento comparativamente baixo e pelo seu ca-

samento violento com uma sobrinha do conde de Arcos.

A mocidade deste homem agitara-se em tempestades que hoje chamariamos canalhas e a municipal castigaria a espadeiradas. Foi um espancador distincto, um extremado trocista.

Á sua formatura em jurisprudencia é impossivel já agora descobrir as causas impeditivas. Tedio dos assumptos? incapacidade? preguiça? reprovações? indisciplina de costumes incompativeis com o estudo? Seria tudo. E' todavia certo que Sebastião José de Carvalho em lettras ficou muito abaixo da craveira dos seus coevos na Academia de Historia. A sua peça litteraria em que se presume o maximo consummo de meditação, de talento e sabedoria é o *Elogio do marquez de Louriçal* escripto e impresso em Londres.

E' uma burundanga deslavada com brotoeja de solecismos e inchaços de hyperboles, um gongorismo muito estafado da eschola do Vahia e dos Ericeiras com pretenções a Jacinto Freire. Tem uns relanços de hypocrisia em que o leitor sente por egual as cocegas do riso e o antôjo da nauzea. O velhaco, encomeando a educação do menino Louriçal, escreve: *Sobre tantas applicações diversas, foi preferido por modo eminente pelos Paes e Avós Excellentissimos, o zeloso disvelo de irem cada dia mais, e mais, embebendo primeiro nos dogmas do Cathecismo, depois nas maximas da Moral Christã, a*

parte essencial do Espirito d'aquelle, que nascèra destinado não só para lhes succeder na Caza, mas para o incomparavel fim de os seguir na gloria da Bemaventurança eterna.

Nem sinceridade nem grammatica.

Cita-se, como peça litteraria, uma carta-panegyrica de Sebastião de Carvalho a Julio de Mello e Castro, encarecendo-lhe a VIDA de Diniz de Mello. Eis aqui o melhor periodo: *Gloria não pequena será da Monarchia, que este livro se participe aos Reinos estranhos, porque admiraraõ a pezar das soberbas Estatuas, que a seus Cezares lavravaõ os Romanos, que Portugal mais nobre muito dilata as excelsas, quanto vai da insensibilidade de hum marmore, que serve aos Epitafios da morte ás Rhetoricas vozes de uma narração, que se serve; e ao mesmo passo multiplicando duraçoens ao juiso, que a faz eterna: ficando de dous merecimentos as edades perpetuadas á attenção em um simulacro.* Que farfalhudas maravalhas! Parece o outro que consultava o doutor Manoel Mendes Enchundia sobre o passadiço da ilha do Pico para a ilha do Baltico.

Sebastião era bastante bronco: sejamos justos. Esteve em Londres seis annos, e não aprendeu da lingua ingleza uma palavra para fallar, nem sequer para traduzir. O seu biographo John Smith dá a perceber, fundado n'umas memorias manuscriptas do biographado, que elle por causa dos seus achaques e muitos estudos, não teve tempo em seis annos de

conjugar um verbo inglez... *He regrets that the great variety of studies he found it necessary to pursue, in order to become acquainted with the history, constitution, and legislation of England, coupled with almost constant ill health, prevented him from acquiring a knowledge of the English language.* (T. I, pag. 45).

E aos outenta annos estava na mesma ignorancia d'um idioma que lhe cumpria saber como ministro universal para tratar sem interprete com os cabos de guerra que chamou de Inglaterra em 1762 para defender o reino.—Chamou-os elle, o *adversario intransigente* dos inglezes, como por ahi alardeiam uns innocentes que tem o seu perdão seguro desde que Jesus de Nazareth, do alto da cruz, pediu por elles eternamente.

Quando lhe chegaram a Pombal umas *Cartas* impressas em inglez, que elle desejava muito decifrar, pediu... O marquez que conte: *Julgou a marqueza de Pombal que poderiam ser as mesmas* (cartas) *conteudas na dita collecção e consequentemente me pediu que as mandasse ao dito Guilherme Steffens com a recommendação de as fazer traduzir por pessoa a quem elle podesse pagar o seu trabalho. Tendo porém sua irman Philadelfia Steffens contrahido com a occasião da visinhança amisade com a mesma marqueza, tomou por empenho traduzir as referidas cartas e as foi periodicamente remettendo á proporção que as ia traduzindo.* (COMPENDIO HISTORICO E ANALYTICO, etc.).

Mas vamos, meu presado Crespo, em cata do homem a Lisboa depois que desistiu da formatura quer forçado, quer espontaneamente. Encontramol-o com praça assente de soldado raso. George Moore diz que a necessidade foi a causa principal de se fazer soldado, e presume que elle chegou a *cabo-de-esquadra*: — rasão para que os cabos-de-esquadra se arregimentem no centenario, parece-me. *Want*, diz o biographo, *had the largest share in impelling him to the service... He is said to have raised himself to the rank of corporal.* Sebastião de Carvalho esperava ser promovido a official com a protecção do tio Paulo; porém, tão antipathica era a sua fama que foi excluido de uma grande promoção em que os criados de alguns fidalgos passaram a capitães. Refinou então, esporeado pela raiva, nas tropelias e arruaças que lhe deram a má reputação. Voltou ás proezas nocturnas. Acaudilhava uma jolda de valentoens com libré especial de capote branco. Pancadaria brava por aquellas alfurjas de Lisboa, lamacentas e negras, onde não tinha ainda alvorejado a aurora do azeite de purgueira. Sebastião José e os da sua quadrilha eram o terror d'outras alcateas de facinoras, capitaneados por fidalgos, de maneira que já na côrte os irmãos do rei não menos arruaceiros e chibantes ouviam com ciume as façanhas do Carvalho.

Por esse tempo, cortejava elle uma galante viuva D. Thereza de Noronha e Almada, sobrinha do conde dos Arcos. Concorriam n'elle o prestigio da valentia

e a gentilêsa pessoal. Levou de assalto o coração da viuva e fugiu com ella para Soure, repellido pelo tio Paulo e ameaçado pela vingança dos Noronhas. Casou e esteve sete annos na provincia, odiado e obscurecido, *comendo a broa de milho de Soure,* como elle disse na *Carta escripta a Frei Gaspar da Encarnação.* (Hist. do reinado de D. José, por Soriano, tom. II, pag. 210).

Em 1738, inesperadamente, Sebastião José de Carvalho é enviado a Londres por D. João V. Quem o protegeu? O snr. Soriano, presume que foi o cardeal da Motta para obsequiar o arcipreste Paulo de Carvalho. Não póde ser. Paulo de Carvalho tinha morrido um anno antes. Quem o protegeu foi um frade arrabico, fr. Gaspar Moscoso, tio do marquez de Gouvêa — aquelle duque de Aveiro com quem o conde de Oeiras saldou contas de gratidão mediante a massa de ferro que o matou a pancadas, no estomago — para lhe demorar a agonia.

D. fr. Gaspar da Encarnação, primeiro ministro de João V, não era máo — era uma sancta bêsta. Sebastião de Carvalho, farto da broa de milho de Soure, é que sabia cantar aos frades idiotas aquelles mysticos arrobos da *Bemaventurança eterna,* que já lhe conhecemos do *Elogio* do marquez de Louriçal.

Como quer que fosse, quando elle sahiu para Londres, houve entre os fidalgos um assombro rancoroso. A esposa que ficou em Lisboa achou cerradas as portas dos seus parentes, e pouco depois a

21 de março de 1739, abriram-se-lhe as da sepultura para ir gosar aquella *Bemaventurança eterna,* que o viuvo e todos nós lhe desejamos.

Entretanto, o tigre açacalava os gryphos.

Volvidos vinte e um annos, meu adoravel poeta, sobre os famosos torneios e touradas da Junqueira, vamos ver o que é feito d'aquellas deliciosas fidalgas do camarote da princeza e d'alguns d'aquelles toureadores e cavalleiros da tourada real.

Primeiramente, as damas.

O notorio supplicio da marqueza de Tavora lembrei-o, ha dias, como quem conversa sobre assumpto muito sabido. Quatro versos seus, meu caro poeta, embora esculpidos em frio bronze, com a muito parcimoniosa sentimentalidade da sua eschola, dariam d'aquella catastrophe uma compunção que a minha proza decerto não moveu. V. ex.ª sabe como aquella alma de esposa e mãe foi alanciada em quanto o cutello misericordioso a não redimiu d'esse inferno da ultima hora.

Sua cunhada, D. Leonor de Tavora e Lorena, viuva do marquez de Gouvêa e duque d'Aveiro foi encarcerada no pobre convento do Rato, sem re-

curso algum, privada do pão das arras, reduzida á extrema penuria, a ponto de servir as freiras a trôco de uns sapatos velhos e d'uma saia para não andar descalça e nua. Esta duqueza tinha um filho, que ao tempo em que sua mãe, aos quarenta e tres annos, morria traspassada de dôres tamanhas que só um poder divino podia creal-as, pedia elle de esmola umas ceroulas no Forte da Junqueira, por que estava nu e tiritava de frio na sua caverna [1].

---

[1] Em 1777 sahiu do carcere com os outros prezos; e, como não tinha de seu uma tabua, foi D. Martinho de Mascarenhas enviado aos frades de Mafra para o fartarem no seu refeitorio. Os historiadores não sabem desta passagem do carcere para o mosteiro. Todos os outros fidalgos exhumados d'aquelles ergastulos á voz de D. Maria I, tinham familia que os consolasse e restaurasse com as cariciosas lagrimas da alegria. O filho do duque d'Aveiro não tinha ninguem. Fez como os mendigos: foi á portaria d'um convento. Alli o encontrou o bispo de Coimbra D. Miguel da Annunciação, da caza de Povolide, quando n'aquelle anno de 1777 sahiu da masmorra de Pedrouços, e por lá passou, caminho da sua diocese; mas tão cortado de oito annos de trevas, de fome e nudez que já em 30 de agosto de 1779 era fallecido. No *Itinerario* manuscripto do prelado vem assim descripto o encontro: ...«Pelas 11 horas e um quarto da noite chegou a Mafra, onde passou o dia seguinte recebendo fraternaes obsequios da sua amada communidade. Ahi se achava o ex.^mo D. Martinho de Mascarenhas, marquez que é de Gouveia, filho primogenito do infeliz duque d'Aveiro. Distinguiu-se muito nos obsequios do ex.^mo bispo aquelle

A condessa de Athouguia, D. Marianna de Tavora, filha da marqueza, ao mesmo tempo que seu marido era levado ao *Pateo dos bichos,* foi enclausurada no convento de Marvilla: tinha sido condemnada á morte; mas o rei commutou a pena em prisão perpetua. A marqueza d'Alorna foi encerrada com as creanças em Chellas. Quanto á outra marqueza de Tavora, D. Thereza, a das risadas argentinas no camarote da Junqueira — essa, bem sabe, foi para o real mosteiro de Santos, onde lhe deram aceados aposentos, d'onde não mais voltou ao seu palacio, que

---

bem instruido, amado e agradavel fidalgo que soube tirar e trazer da sua reclusão as mesmas bellas qualidades de um cavalheiro christão. Deve-se a Deus a sua indole e a um bom mestre que teve na sua prisão a educação que o faz merecedor de toda a estima e fortuna que conseguiria na boa conservação de seu pae. Elle se chama desgraçado e deve á sua desgraça a occasião de se fazer ainda mais benemerito pelas suas virtudes».

D. Martinho adquirira pela sua provada innocencia no delicto do pae a compaixão dos velhos inimigos do duque. Animaram-no a pedir á rainha a restituição de alguns dos bens confiscados, e Paschoal José de Mello fez a *Representação* a D. Maria I (*Noutes de insomnia,* tom. VIII, pag. 27). A *piedosa* não respondeu. O marquez de Gouvêa esteve algum tempo feitor do marquez de Alorna, que o fez capitão d'um regimento. D. João VI deu-lhe uma mesada por esmola, até que o ultimo da linha principal dos Mascarenhas morreu em 1804 n'uma pobre casa em Buenos-Ayres.

o não tinha, nem aos braços do rei que estava saciado [1]. A princeza Marianna Leopoldina de Holstein não foi preza; mereceu algumas finezas raras, e a mais notavel foi avisarem-na de que seu marido, D. Manoel de Sousa Calhariz, tinha morrido na Torre do Bugio, ao fim de quarenta e cinco dias de prisão sem se lhe conceder o viatico que o levasse áquella conhecida *Bemaventurança eterna* de Sebastião José de Carvalho [2].

Os Tavoras que figuraram e assistiram nas escaramuças da Junqueira eram, como viu, o marquez Francisco de Assis, seu filho Luiz Bernardo e aquella creança de tres annos José Maria.

Estes morreram estrangulados, fracturados e rodados, com o conde de Athouguia. Além d'estes, João

[1] Logo que o marquez, seu marido, foi preso e conduzido ao *Pateo dos bichos,* entrou no palacio dos Athouguias fr. Antonio de Sant'Anna, provincial dos Arrabidos e confessor de D. João v, procurou a marqueza e disse-lhe que sua magestade a mandava recolher ao mosteiro de Santos, com uma tença mensal de vinte moedas de ouro que el-rei lhe dava do seu bolso.

[2] O embaixador conde de Merle disia, em 1759, ao duque de Choiseul: «Se eu vos referisse as affrontas que recebe a princeza de Holstein e os seus dous filhos terieis compaixão! Queixumes e gemidos soam de toda a parte.» (*Quadro Elementar,* t. VI, pag. 186.) A princeza não movia a piedade de ninguem porque tinha dado ao marido os supremos golpes da deshonra. (Vej. *Memorias do bispo do Pará,* pag. 105.)

de Tavora morreu no forte da Junqueira, ali perto do terreno onde se construira o barracão dos torneios de 1738. Nuno de Tavora, José Bernardo, Manoel de Tavora, então creança, e José Maria, um conego, irmão do marquez estiveram nas masmorras do Forte desde 1758 até 1777. Ali acabaram o conde de Obidos e o marquez da Ribeira, asmaticos e epilepticos, n'uma agonia inexpremivel, pungentemente referida pelo marquez d'Alorna nas *Prisoens da Junqueira.* Thomaz Telles da Silva visconde de Villa Nova da Cerveira, um dos cavalleiros do fio do conde de S. Miguel, morreu no castello da Foz do Douro, ao cabo de nove annos de segredo.

Quanto ao duque d'Aveiro... O duque d'Aveiro, consoante o alvitre de Sebastião José de Carvalho, devia ser sentenciado a morrer lentamente na fogueira, como os outros reus da ralé, o Romeiro e os Alvares; mas o rei contrariou essa refinada crueldade, concedendo apenas que o reo fosse descalço, e que, em vez de lhe malharem no peito com a maça de ferro, a pancada batesse no ventre afim de que se prolongasse a agonia.

O supplicio dos Tavoras tinha sido menos demorado. A pancada no peito fracturava as costellas de encontro ao coração e polmoens causando hemorragias fulminantes; porém, no ventre, por causa da elasticidade das visceras, era atroz, mas não matava de prompto.

A exposição miuda do processo do supplicio a

cada reo fidalgo não constava da sentença. Nesse requinte de barbaridade os algozes tinham sido indirectamente ensaiados pelo ministro Carvalho.

Mas V. Ex.ª está anojado como eu d'esta sangoeira, e quer perguntar-me em que se occupava Deus n'esse tempo. Deus, no dizer das Santas Escripturas, envergonhava-se de ter creado o homem, ou arrependia-se de ter consentido que o Diabo collaborasse com a Sua Divina Magestade na formação do nosso primeiro avô. Esta é a opinião dos illustres heresiarcas Manetes e dos Partenianos aos quaes eu tenho o desgosto de me associar por esta occasião. Sou manicheu por causa de Sebastião José.

Verdade é que eu tenho outra idêa mais blasphema, e é — que a maior calumnia que se póde assacar a um Ente Perfeito é imputar-lhe a creação do homem.

Que me não esqueça lembrar-lhe que, trinta e seis annos depois, para festejar o nascimento do principe D. Antonio, primogenito de Carlota Joaquina, houve no Terreiro do Paço as ultimas cavalhadas portuguezas mantidas por trinta e dois fidalgos, divididos em 4 turmas ou *fios*, como em 1738, na Junqueira. Um dos *Guias* tambem era duque de Cadaval, o outro era mar-

quez d'Alorna filho do que estivera desesete annos no forte de Junqueira, e neto do marquez de Tavora justiçado em Belem; o terceiro era o conde de Obidos filho d'outro que morreu no carcere da Junqueira, e o director das festas era o marquez de Ponte de Lima, filho do visconde de Villa Nova da Cerveira que morreu no ergastulo do castello da Foz. Nas turmas dos justadores via-se o conde de S. Lourenço, filho do outro que sahiu sandeu da masmorra em 1777, e o conde de S. Miguel e o de Caparica que eram Tavoras, e o conde da Ega que era Tavora e Mascaranhas. De mistura com estes próceres netos e filhos dos justiçados figuravam nos torneios dois netos do marquez de Pombal — o conde de Sampayo, e o senhor de Pancas José Sebastião de Saldanha e Oliveira Daun que morreu conde de Alpedrinha em 1855, e publicou em 1842 a *Relação historica das cavalhadas ou Torneio-real* em 1795. E uns e outros, fallidos de brios, de honra e de memoria espojaram-se bizarramente no terreiro do Paço na presença do futuro João VI que se babava de jubilo, e embebedaram-se egregiamente nos sallões do marquez d'Abrantes. Que admira, se o marquez de Pombal, em 1791, era neto de um irmão do marquez de Tavora suppliciado em 1759 com sentença de perpetua infamia imposta á sua memoria!

Ha cinco annos que V. Ex.ª me disse em Coimbra, pouco mais ou menos:

— Diga-me umas telas historicas que eu possa emoldurar na poesia.

Estas não lhe servem?

Que deliciosos arabêscos o seu cinzel incomparavel pode rendilhar no ouro das molduras!

NOTA

Além dos livros vulgares que authorisam a substancia historica d'esta carta deve consultar-se para as miudezas das justas e torneios de 1738 a *Relação das insignes festas que aos felizes e reaes annos da Princeza nossa Senhora se fizeram no sitio da Junqueira, por Fernando Antonio da Rosa*, 1738; e para as cavalhadas de 1791 a *Relação historica* já referida.

O primeiro opusculo, raro e curioso, apresenta-se com esta recommendação do celebre *Camões do Rocio*, o corregedor do crime Caetano José da Silva Soutomayor: *Todos os que emprendem a difficultosa applicação de escrever uma historia dilatada, e recondita, mendigam continuamente os irrefragaveis testemunhos que pelos authores coetaneos em sememelhantes papeis cazualmente se imprimíram. Grande utilidade terão os futuros historiadores desta monarchia em averiguar certamente que no anno de mil e sete centos e trinta e oito existiam n'este reino e nesta corte os trinta e dois Fidalgos da primeira grandesa de quem esta eloquente composição declara os titulos, as filiações, os postos, as qualidades e os exercicios; por que fiando-se commumente de pessoas de tanta distinção os maiores empregos na paz e na guerra, é*

certo que os seus nomes e as suas acçoens hãode ter uma grande parte na venturosa descripção da sempre invicta gloria portugueza...

Um dos futuros historiadores a quem alludia o vidente desembargador e já dramatisado *Camoens do Rocio*, era eu. Sou eu quem primeiro, explorando as cryptas das geraçoens encineradas, pude, graças ao folhêto, tirar a limpo que, a respeito dos fidalgos, no anno de 1738, havia os taes 32. Quando se averigua uma coisa assim, apanha-se immortalidade e centenario.

Demonstração de Teatro em q̃, depois de justiçados os Reos) q̃. barbara, e sacrilegamente quizeraõ tirar a vida o ElRey N. S. q̃ D.s g.e, como se ve nas estamp- as antecedentes, e expostos sobre as rodas, ultimamente foraõ queimados todos. Antonio Alvares Ferreira, vivo, e Joze Policarpio de Azevedo em Estatua.

Numero 1 o q̃ foy Marqueza de Tavora.
N.º 2 Joze Maria
N.º 3 o q̃ foy Conde de Atouguia.
N.º 4 o q̃ foy Marquez de Tavora Filho
N.º 5. Manoel Alvares Fr.
N.º 6. Joaõ Miguel
N.º 7 Braz Joze Romeiro
N.º 8. o q̃ foy Marquez de Tavora Pay
N.º 9. o q̃ foy Duque de Aveiro.
N.º 10 Antonio Alvares Fr.
N.º 11 Joze Policarpio de Azevedo.

Acharsea em Caza de Fran.co M.el no fim da Rua do Paceio Lx.a

José Polycarpo d'Asevedo

ESTE sujeito, no dia 13 de janeiro de 1759, condemnado como regicida, foi queimado vivo... em estatua. Supplicio toleravel.

A sentença disia: *Aos dois ferozes monstros Antonio Alvares Ferreira e José Polycarpo d'Asevedo, que dispararam os sacrilegos tiros de que a suprema magestade de el-rei nosso senhor recebeu a offensa, condemnam a que com baraço e pregão sejam levados á mesma praça, e que sendo n'ella levantados em dois postes altos, se lhes ponha fogo que vivos os consuma, até se redusirem seus corpos a cinzas e a pó, que serão lançadas no mar...*

Depois, manda a sentença que lhe confisquem os bens e salguem as cazas, *se elle as tiver* — condição que revela o previsto talento dos desembargadores — e continua: *E por que o reo José Polycarpo se acha ausente, o hão por banido, e mandam ás justiças de sua magestade que appellidem contra elle toda a terra para ser preso, ou para que cada um o possa matar não sendo seu inimigo: E no caso em que seja apresentado preso nos dominios d'este reino ao desembargador do paço Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, juiz da inconfidencia, mandará gratificar á vista a pessoa ou pessoas que o apresentarem com o premio de dez mil cruzados, sendo aprehendido em paiz estrangeiro, além das despezas que na jornada se fizerem.*

Os dez mil cruzados ficaram nas arcas do erario. O premio era tentador — era uma fortuna n'aquelle tempo; mas o condemnado ao fogo em vida, se alguem o viu e conheceu, ninguem o entregou ao carrasco.

*

Jose Polycarpo de Asevedo estava no palacio de Azeitão, quando o duque de Aveiro foi prezo, em 13 de desembro, tres mezes e dez dias decorridos depois da tentativa de regicidio. Estava ao lado do duque e mais seu cunhado Manoel Alvares Ferreira,

que ainda lançou mão do espadim do escrivão, quando o prezo forcejava por evadir-se. Este Ferreira, que era guarda-roupa e copeiro do duque, foi prezo com outros creados indicados na lista do desembargador encarregado da diligencia. Jose Polycarpo d'Asevedo, se então fugisse, seria retido no cinto de tropa que cercava o palacio e a quinta. Não fugiu: ficou intacto, por que a sua cumplicidade não tinha ainda sido descoberta nem suspeitada. Quando os cumplices, forçados pela tortura o denunciaram, José Polycarpo havia desapparecido. Toda a sua parentella foi prêsa, e os mais proximos parentes soffreram tormentos para lhe delatarem a paragem. Como as dôres eram atrozes, a infamia da denuncia seria desculpavel; mas nenhum dos torturados sabia o destino do condemnado nem poderia proveitosamente inventar-lh'o. Sebastião José de Carvalho devia sentir-se vexado na sua omnipotencia, e espantado da inutilidade de tamanho premio offerecido a quem entregasse á justiça um regicida, de baixa extração, um facinora assalariado por poucas moedas, segundo disia a sentença.

Os corregedores das comarcas e os ministros de Portugal no extrangeiro receberam ordens energicas de capturarem o fugitivo, acompanhadas dos signaes que poderiam denuncial-o. Os corregedores prendiam quantos desconhecidos transitavam nas provincias, por que as informaçoens da figura do reo não o estremavam notavelmente d'outra qualquer

figura. Esses presos innocentes eram remettidos á côrte com algêmas; e, depois de examinados por quem conhecia José Polycarpo, eram sôltos.

Nos Olivaes, povoação proxima de Lisboa, havia parentes do regicida que, uma vez, receberam de mão incognita um bilhete com a noticia de que Polycarpo estava de saude e em segurança. Receosos de que o bilhete fôsse uma insidia, immediatamente o apresentaram á justiça. Esta zombaria deveria enfurecer o ministro.

Em Hespanha e França não descançavam os agentes do reino, official e extra-officialmente, uns por dever, outros por ambição dos dez mil cruzados, de farejarem José Polycarpo. Nove meses depois das execuçoens de Belem, correu em Lisboa, por participação de 18 d'agosto, a noticia de ter sido capturado em Perpignan José Polycarpo, e a 27 do mesmo mez o duque de Choiseul, primeiro ministro de Luiz XV, officiava ao conde de Merle, embaixador em Portugal, que havia sido prêso em Perpignan um portuguez que se disia ser José Polycarpo, um dos assassinos d'el-rei D. José. Recommenda-lhe que o communique ao conde de Oeiras, e lhe diga que o prezo estava ás suas ordens; que, se el-rei queria que o conduzissem a Lisboa para ser alli justiçado, conforme merecia, désse o conde de Oeiras as providencias que julgasse necessarias para ser transferido. Em 11 de setembro o conde de Merle participa ao duque de Choiseul que com-

municára ao conde de Oeiras a prizão do individuo que se dizia ser José Polycarpo, e o conde, com tal noticia, ficára muito abalado e dera mostras de grande satisfação e agradecimento. Acrescenta o conde de Merle que, por essa occasião, tivera com o conde de Oeiras uma longa conferencia sobre o desgraçado acontecimento dos tiros, e que *era incomprehensivel que motivos tão frivolos como os que o conde lhe havia apontado, houvessem arrastado as cabeças da conjuração a perpetrarem um crime tão horrendo.* (QUADRO ELEMENTAR DAS RELAÇOENS POLITICAS E DIPLOMATICAS DE PORTUGAL pelo visconde de Santarem, t. VI, pag. 158, 160, 164.) Em 25 do mesmo Setembro, o embaixador conde de Merle participa que o conde de Oeiras o tinha procurado para lhe significar da parte d'el-rei seu amo o quanto aquelle soberano ficava penhorado com os testemunhos de amisade que sua magestade christianissima lhe tinha dado na occasião da prisão de José Polycarpo, etc. (ID. pag. 168.)

A' vista das peremptorias affirmaçoens do duque de Choiseul, o conde de Oeiras, não contente com a remessa do prezo, mandou a Perpignan os esbirros bem escoltados, os competentes ferros, e pessoas que conheciam José Polycarpo. Tirou-se o prezo da sua masmorra, e houve um grande espanto e desgosto quando os peritos disseram que tal individuo não era Polycarpo nem cousa que o parecesse. E o prezo, que era afinal um doudo de singular especie, gri-

tava que sim, que era elle o tal Polycarpo que atirára ao rei. Os emissarios portuguezes restituiram o mentecapto ao governador da praça, e desandaram para a patria, portadores da infausta nova ao conde de Oeiras. O governador participou ao duque de Choiseul que as justiças portuguezas affirmavam que o preso não era o regicida, e o duque, em 23 de outubro do mesmo anno de 1759, em despacho dirigido ao governador general de Perpignan, significava-lhe ser muito para admirar que o governo portuguez affirmasse não ser José Polycarpo o prezo retirado, quando o mesmo prezo confessava que o era! E ordena-lhe que por bem ou por mal o obrigue a confessar quem é. Quer dizer — que o mettesse á tortura. (QUADRO ELEMENTAR, tom, VI, pag. 171).

Parece que Polycarpo de Azevedo tinha esquecido no transcurso de treze annos. Sem fundamento algum, dizia-se que um fidalgo titular refugiára na sua casa em Lisboa, por espaço de trez annos, o condemnado, e depois o passara para a republica de Genebra onde senão admittiam concordatas de reis. O marquez de Pombal decerto despresava essa atoarda popular, ou a considerava cavillação dos protectores suspeitos de José Polycarpo. Se elle descobrisse o fidalgo que dera agasalho e evasiva ao familiar de D. José Mascarenhas, arrancar-lhe-ia o segredo na polé, ou nas lobregas cavernas da Junqueira.

Decorridos, porém, treze annos, em setembro de 1772, mr. de Montigny, embaixador de França em Portugal, participou á sua côrte que o marquez de Almodovar tivera uma longa conferencia com D. Luiz da Cunha á cerca do supposto Polycarpo, que havia sido preso em Badajoz. (QUADRO ELEMENTAR, tom. VIII, pag. 37). O aviso que viera a Portugal da existencia de José Polycarpo em Espanha já cá estava desde junho. O embaixador recebia muito retardadas as informações. Soube o marquez de Pombal, n'aquelle mez, que nos arrabaldes de Sevilha estava o flagello das suas impaciencias, aquelle José Polycarpo que zombara tantôs annos das suas pesquisas. Em 13 de junho de 1772 escrevia elle, com palpitaçoens de jubilo, a seguinte requisitoria:

Sebastião José de Carvalho e Mello, marquez de Pombal, conde de Oeiras, ministro e secretario do estado dos negocios do reino, inspector geral do real erario, e n'elle logar tenente junto á real pessoa de el-rei meu senhor, alcaide-mor de Lamego, senhor donatario da villa de Oeiras, Carvalho e Cercosa, e commendador das commendas de S. Miguel das Tres Minas e de Santa Marinha da Matta de Lobos na ordem de Christo, etc.

Havendo n'esta corte informações de que nos districtos de Cavezes do senhor S. João, junto a Sevilha, se acha Jose

Polycarpo, um dos mais abominaveis reus de alta traição commettida contra el-rei meu senhor, e achando-se na monarchia de Espanha e em todos os estados soberanos da europa, estabelecidas, desde o tempo d'aquelle execrando delicto, ordens circulares dos seus respectivos monarchas e principes soberanos para a prisão e remessa dos sobreditos atrocissimos e escandalosissimos reos: requeiro da parte do mesmo senhor, e da mesma peço por mercê aos senhores governadores e magistrados da referida cidade que, sendo-lhes esta apresentada pela pessoa que a mostrar façam prender com as cautellas indispensaveis em similhante caso, o sobredito reo Jose Polycarpo, antes que se possa esconder, ou ausentar, e que, precedendo a necessaria faculdade do senhor rei catholico, o remettam ás fronteiras d'este reino, com previo aviso para n'elle ser recebido, na forma estabelecida pela concordata, que subsiste entre as duas côrtes para a prisão e remessa dos criminosos de delictos atrozes. Em fé de que passei a presente, por mim assignada e sellada com o sêllo grande das armas reaes.

Dada neste sitio de Nossa Senhora da Ajuda em 13 de junho de 1772

MARQUEZ DE POMBAL. [1]

Transpira deste documento a insoffrida urgencia sanguinaria do marquez. Descurou as praxes e os

---

[1] O processo instaurado em Badajoz e a carta requisitoria do ministro são documentos encontrados pelo snr. Francisco Palha, primeiro official archivista do ministerio do reino. A carta foi publicada em o *Post-Scriptum* da HISTORIA DO REINADO DE EL-REI D JOSÉ, (tom. II, pag. 647) pelo snr. Soriano.

estylos judiciarios para tornar mais momentosa e pessoal, mais estrondosa e solemne a captura do reo d'alta traição. Cumpria ás justiças subalternas esta diligencia, ou á intendencia geral da policia que elle creára, ou ainda mais curialmente á interferencia do ministro representante de Espanha. Conjectura-se que o decrepito marquez, ao dictar a carta requisitoria, ringia os colmilhos, afiava as garras, e sentia não poder ir em pessoa tratar aquelle negocio.

A justiça de Badajoz procedeu honradamente, capturando o suspeito José Polycarpo, com o fim de lhe instaurar um processo de identidade da pessoa antes de o enviar ao marquez. E' natural que de Lisboa sahisse para Espanha alguem que tivesse conhecido o confederado do duque d'Aveiro, e não podesse de prompto decidir se o preso era com effeito Jose Polycarpo, cujas feiçoens, ao fim de treze annos, deviam estar muito alteradas. O certo é que o processo corria os seus tramites, quando um padre João Sanches, de Sevilha, fez saber ás justiças de Barcelona que o preso processado não era quem lá suppunham; por quanto, no dia 2 de abril d'aquelle anno de 1772, tinha morrido no hospital da caridade de Sevilha, tisico, um homem que elle confessára, e lhe dissera ser o que tentara matar D. José, em 3 de setembro de 1758. E accrescentava o confessor que esse homem vivêra nos suburbios da cidade trabalhando n'uma horta, e lhe contara as angustias

que soffrêra para fugir á afflictiva morte a que fôra condemnado. Em vista da qual declaração, o preso processado foi solto, e o processo enviado ao ministro que tragára esta nova pirraça da sorte. Aquelle malvado José Polycarpo d'Asevedo, praticara a infamia de morrer tysico no hospital devendo morrer queimado na fogueira! Ousar morrer de tuberculos, quando Sebastião José de Carvalho o mandava morrer assado! Ninguem amolgára tão rijamente a philaucia ao velho carnifice! Persuado-me, todavia, que o defuncto Polycarpo do hospital de Sevilha foi mera e pia fraude do padre hespanhol. Desde a expulsão dos jesuitas e do supplicio de um sandeu chamado Malagrida, D. José e o seu ministro foram considerados atheus pela Hespanha catholica. O marquez era de mais a mais politicamente odiado pela sua arrogancia patriota encostado ás armas de Inglaterra. A meu ver, o padre João Sanches, sabendo que se processava em Badajoz o suspeito regicida, julgou ser esse o verdadeiro; e, afim de o salvar, inventou que confessára e vira morrer no hospital de Sevilha o authentico José Polycarpo de Asevedo. Mas o que morreu em Sevilha era tão José Polycarpo como o retido em Perpignan, como o processado em Badajoz, e como varios outros que tiveram a casual desgraça de possuir um nariz mais ou menos semelhante ao do conjurado dos Mascarenhas.

Ora, José Polycarpo de Azevedo, nesse tempo existia em Portugal d'onde nunca sahira.

*

Conheci ha vinte e seis annos, no Porto, um gentilissimo rapaz, bacharel formado em direito, chamado Valentim de Faria Mascarenhas Lemos. Era louro, typo do norte e um farto bigode guiado até ás orelhas, largo de espaduas, e um relançar d'olhos sinistro. Elle e seu irmão Alexandre Mascarenhas, tambem formado, tinham adquirido a fama lendaria dos Lobos, do Chico Ilheu e do Lyra. De Valentim contava-se que matara um «futrica» alem da ponte com uma paulada em noite de troça. Valentim não negava o facto e explicava-o honradamente, sem jactancia. O futrica forçara-o a optar entre matar ou morrer. O meu amigo evàdiu-se pela ponta mais obvia do dilemma, deixando o adversario na via d'outras existencias extra-planetarias.

Acaso fallavamos um dia nas estradas pittorescas, ladeadas de abysmos alcantilados da provincia de Tras-os-montes, e perguntou-me Valentim se eu conhecia os *Padroens da Teixeira* na estrada que vai de Amarante á Regua. Depois, escutando com a sua attenção muito enlevada de surdo, que era, as minhas reminiscencias d'aquelle espinhaço da serra do Marão, disse-me que seus pais e avós por alli tinham vivido e morrido em uma caza que está ás cavalleiras do fragoêdo nos espigoens da montanha

onde chamam *Padroens da Teixeira*. Eu sabia onde era. Está alli a poesia dos pavores supersticiosos. Resvalam umas escarpas crespas de rochas socavadas pelos corregos. Sobre essas barrocas dependuram-se penedias acastelladas que parecem ir rolando da espinha das cordilheiras. Os carvalhos hirtos, desfolhados e retorcidos que vegetam das fisgas do penhascal, reverdecem quando o ardor do estio os desabrocha e queima com a mesma lufada de fogo. No inverno a torrente do rio Teixeira, lá no concavo fundo, referve, caxôa e estorce-se como uma serpente em cujas escamas verde-escuras não rutila uma flexa do sol. A torrente galga o penedio das margens rugindo a espaços como trovoadas longinquas. Aquellas solidoens são como um pedaço de globo em que se estão germinando n'um silencio pavoroso creaçoens monstruosas. Eu passara por alli uma vez em uma noite electrica de agosto, quando as faiscas se cruzavam abaixo dos meus pés, na voragem, onde abriam cavernas luminosas, e os trovoens pareciam o estampido d'aquelles môrros que se despedaçavam uns de encontro aos outros. Lembra-me ver então no tópo da serra uma casa enormemente grande ao lampejo de um relampago que lhe dava projeçoens de sombras enormes. Era a casa dos avôs de Valentim Mascarenhas.

Depois, contou-me elle que seu avô viera para alli, porque tinha sido um dos condemnados á morte quando D. José I foi ferido; que estava em Azeitão

no palacio ducal quando o duque foi prezo; que estivera escondido algum tempo na côrte em casa de um fidalgo, e de lá passara para a provincia de Traz-os-Montes, depois de ter queimado a cara com vitriolo para não ser conhecido. Que edificara uma choça no alto da serra da Teixeira á beira do caminho, e abrira uma taverna frequentada por almocreves. Depois, casara com uma jornaleira de uma aldeia da serra, e com muito trabalho e algum dinheiro de emprestimo augmentara a cabana e abrira uma estalagem onde pernoitavam os recoveiros no inverno quando a estrada pelo Marão era intransitavel por causa das neves. Contou que este casal de estalajadeiros teve filhos; e chegara a grande velhice, sem que a mulher soubesse com certeza a naturalidade do marido, nem que elle tinha um nome differente do que lhe dera; mas que, pouco antes de morrer, lhe segredara o seu nome e lhe pedira nunca o descobrisse, com medo de que seus filhos ainda soffressem perseguição. O marquez de Pombal já tinha morrido; os Tavoras tinham conseguido rehabilitar-se; mas o filho do duque de Aveiro e dos plebeus do seu grupo não tinham conseguido a commiseração da rainha. E' de suppor que este reo do sacrilego attentado assim procedesse cautelosamente aconselhado por quem lhe dera refugio em Lisboa. O estalajadeiro dos Padroens da Teixeira— já o previram decerto — era José Polycarpo de Azevedo. Perguntei a Valentim Mascarenhas se seu avô

usara o appellido *Mascarenhas*. Disse que não; que seu pai foi quem deu aos filhos esse apellido por ter ouvido dizer á viuva de Polycarpo que seu marido era ainda descendente por bastardia de uns fidalgos de Lisboa assim chamados. E não duvido, por que todos os marquezes de Gouvea de quem tenho alguma noticia foram muito prolificos, e, na sua descaroada soberba, não consentiam que os illegitimos havidos em mulheres ordinarias se assignassem *Mascarenhas*. Já o pai de Valentim foi um proprietario abastado no Douro. Em uma quinta comprada e não herdada em S. Miguel de Lobrigos morreu ha annos o meu amigo Valentim, no vigor da idade, quando era juiz de direito, aposentado por causa da surdez. Deixou viuva e filhos. Esta senhora é irman do snr. Lopes Mendes, deputado na legislatura passada, um illustre professor agronomo que residiu muitos annos em Goa.

Desde que Valentim Mascarenhas me referiu a localidade em que seu avô vivêra e morrêra incolume, entrou no meu espirito uma conjectura que eu não podia formular em facto historico, á mingua de probabilidades fundadas, se quer na tradição. A mi-

nha fantasia era esta: o alcantil da serra, chamada *Padroens da Teixeira*, está incluso no senhorio da Teixeira que pertencia a Gonçalo Christovão, prêso muitos annos no forte da Junqueira. Figurou-se-me que José Polycarpo, sem uma poderosa protecção, não ousaria ficar no reino, nem tão pouco, fugindo do Alemtejo, iria caminho de Traz-os-montes, sendo-lhe mais rapida e segura a fuga para Espanha. Além d'isso, conforme a tradição de Valentim, seu avô tinha estado escondido em Lisboa antes de passar á provincia; e é bem de crer que a influencia de quem o acoitou na capital o protegesse em Traz-os-montes.

Que a victima do conde de Oeiras, o preso Gonçalo Christovão, devia ser das relaçoens do duque de Aveiro e dos Tavoras, affirmava-m'o o parentesco. Por seu pai, o senhor da Teixeira, tinha sangue de Tavoras, e, por sua mãe, procedia dos primaciaes Mascarenhas, por que sua 5.ª avó, D. Magdalena de Athaide era irman de D. Fernando de Mascarenhas, 1.º conde da Torre. Destes vinculos de sangue não se podia rigorosamente inferir que o inimigo de Pombal, por motivos que vou já expôr, se confederasse com os conjurados de 3 de setembro; mas não seria improvavel que o offendido e bondoso fidalgo désse guarida a um dos afflictos emmissarios da malograda tentativa; sendo de suppôr que, se ella triumphasse, Gonçalo Christovão folgaria com a queda do ministro Carvalho que o

*

roubara descaradamente por um processo que vou contar aos curiosos.

Sebastião de Carvalho e Mello, avô do marquez de Pombal, teve uma vida airada e longa por que viveu cento e dez annos. Em Coimbra, onde estudou algum tempo, ganhou a celebridade de jogador frenetico. Como ficasse herdeiro de seu tio Paulo de Carvalho, foi viver na casa da rua Formosa, e fez-se capitão de cavallaria. Era grande dissipador, e estava a empobrecer no fim da vida, quando, por suggestoens de seu filho, Manoel de Carvalho de Athaide, genealogico muito fraudulento e falsificador, lançou mão de expedientes cavillosos para uzurpar aos senhores de Fermedo, da Teixeira e do Bom-Jardim, uns vinculos da caza do marquez de Montalvão, de que era cabeça um palacio que o terramoto destruiu, em Lisboa, defronte da egreja do Carmo.

Para intentar a reivindicação d'esses vinculos, Sebastião de Carvalho tinha de mostrar com certidoens authenticas que sua avó materna D. Joanna de Mesquita era neta de Gaspar Leitão filho de Gonçalo Pires Coelho e D. Violante de *Magalhaens*. Se provasse ser quinto neto d'esta D. Violante, succedia no vinculo instituido por Pedro de *Magalhaens* e seu filho Simão de Mello. Mas a prova documentada com as certidoens era inexequivel, por ser fantastica. Restava-lhe o recurso das genealogias manuscriptas que então gosavam uma certa fé, conforme o credito e a authoridade dos linhagistas.

Soccorreu-se pois Sebastião de Carvalho do favor de alguns famosos nobiliaristas das suas relaçoens, e não obteve sem vergonhosos condicionaes que nos seus cartapacios o considerassem quinto neto de D. Violante de Magalhaens uns genealogicos de masso e mona chamados Gaspar Barreto, Belchior d'Andrade Leitão, José Freire Montarroyo Mascarenhas e D. Affonso Manoel de Menezes. Faltava-lhe, todavia, o mais authorisado e conspicuo genealogista do seculo, e o unico ainda hoje benemerito de fé: era Manoel de Sousa da Silva, da familia dos Alcoforados, capitão-môr de Sancta Cruz de Riba-Tamega [1]. Inculcaram a Carvalho a urgencia do testemunho do capitão-mór no duvidoso pleito, pelo credito que o seu depoimento merecia nos tribunaes, á falta de certidoens peremptorias e indiscutiveis.

Sahiu para a provincia transmontana Manoel de Carvalho de Athaide em demanda do octogenario Manoel de Sousa da Silva. O que se passou entre elles está estampado n'uma *Petição de Revista* no depoimento do genealogista de Riba-Tamega, lavrado no processo que Sebastião de Carvalho e Mello em 1720 movia contra o senhor da Teixeira e Fermedo, Bernardo José Teixeira Coelho de Mello Pinto da Mesquita. Disia o capitão-mór: *que era*

[1] Veja-se o grande conceito em que é tido por D. Antonio Caetano de Sousa, HIST. GENEAL. t. I, pag. 163.

verdade que Manoel de Carvalho de Athaide viera a sua casa delle testemunha e lhe mostrara uma inquirição de testemunhas em que se justificam seus antepassados ser Gaspar Coelho filho de Gonçalo Pires Coelho e de D. Violante de Magalhaens e lhe mostrou varias certidoens de genealogicos da côrte que affirmavam o mesmo, pedindo a elle testemunha lhe quisesse passar uma certidão na forma d'aquelle instrumento e quisesse pôr nos seus livros o dito Gaspar Leitão por filho de Gonçalo Pires Coelho e de D. Violante de Magalhaens. Ao que elle replicou disendo: que nos seus livros não havia de pôr coisa alguma que não achasse em papeis authenticos; e que aquelles que elle lhe mostrava, nem eram nem tinham para elle aquella fé que genuinamente era necessario. E, depois de varios argumentos que tiveram entre si, o levára ao seu escriptorio e lhe mostrára a elle Manoel de Carvalho ser o tal Gaspar Leitão filho de João Gomes Leitão e de sua mulher D. Feliciana Coelho Rebello, e não do dito Gonçalo Pires Coelho nem de D. Violante de Magalhaens, como elle queria. E que então, á vista destes papeis, o filho do auctor lhe pediu com muitas instancias quizesse passar-lhe a certidão que lhe pedia; por que esta não era para offender ninguem, mais que para entroncar bem a sua familia, a qual elle lhe passou dizendo que vira ser o dito Gaspar Leitão filho de Gonçalo Pires Coelho e de D. Violante de Magalhaens em «papeis authenticos» que o

dito Manoel de Carvalho de Athaide filho do auctor lhe mostrára; mas que debaixo da sua consciencia declarava que nunca em nenhum livro ou outro papel authentico dos que tinha visto, achára nem vira que o dito Gaspar Leitão fosse filho do dito Gonçalo Pires Coelho, e somente achava ser filho do dito João Gomes e de sua mulher D. Feliciana Coelho Rebello [1].

Como tenho a satisfação de possuir em dous tomos o *Nobiliario das geraçoens de Entre Douro e Minho* por Manoel de Sousa da Silva, posso communicar ao leitor a passagem que o incorruptivel capitão-mór de Riba-Tamega mostrou a Manoel Carvalho d'Athaide.

---

[1] Convem saber que os outros genealogicos não deposeram mais favoravelmente ao salteador dos vinculos do donatario da Teixeira. José Freire Montarroyo disse que:

«Em um livro de Manoel Ferreira Botelho, que consta de familias encadernado em pergaminho fallando dos Coelhos da Ilha de Mayo, chegando a tratar do sobredito viu á margem do tal livro as palavras formaes: — Este Gaspar Leitão que se diz filho segundo e da segunda mulher de Gonçalo Pires Coelho é *noticia dada por Manoel de Carvalho de Athaide e Mello, accrescentado por sua lettra no meu livro quarto em titulo de Coelhos*».

Fr. Gaspar Barreto depõe assim:

«Que Manoel de Carvalho d'Athaide, filho do autor apertou com elle testemunha notavelmente importunando-o e buscando-o nas occasioens mais occupadas para que não

Tractava-se dos *Senhores de Felgueiras e Vieira e das quintas de Sergude e Simães.*

De Gonçalo Pires Coelho que Manoel de Carvalho queria introncar na sua familia como pae de Gaspar Leitão, diz Manoel da Silva:

16. Gonçalo Pires Coelho succedeu a seu pai no senhorio de Felgueiras e Vieira e na quinta de Sergude onde morreu e viveu pelo tempo d'el-rei D. Affonso v. Cazou com D. Maria de Souza, filha de Pedro de Souza Borges, alcaide mor de Bragança e tiveram filhos:
17. Martim Coelho que mataram vindo da India com o vice-rei D. Francisco

---

fosse tão viva, nem tão livre a averiguação do dito instrumento, nem podesse elle testemunha recorrer aos livros proprios, e que havia pouco mais de um mez lhe pedira que quizesse jurar nesta cauza na forma da certidão que elle testemunha havia passado; e disendo-lhe elle testemunha que não havia de jurar tal, lhe pediu o dito Manoel de Carvalho que ao menos não jurasse por parte do reo; mas elle testemunha pelos remorsos de sua consciencia e preceito da obediencia, imposto pelo seu Prelado, se achou precisado a jurar.

Belchior de Andrade Leitão jurou:

«Que Manoel Carvalho de Athaide filho do autor veio a caza d'elle testemunha, onde viu os seus livros de familias para o intuito d'esta mesma causa, e n'elles não achou que houvesse tal Gaspar Leitão, filho de Gonçalo Pires Coelho, senhor de Felgueiras».

d'Almeida no anno de 1510 e que teve filho natural:

18. Antonio Coelho.

17. D. Briolanja d'Azevedo que casou com Gonçalo Rodrigues de Magalhaens. Cazou segunda vez (Gonçalo Pires Coelho) com D. Violante de *Magagalhaens*, filha de Fernão de *Magalhaens*, e teve

17. Ayres Coelho

17. D. Filippa, que foi abbadessa no mosteiro de Amarante.

17. D. Joanna de Azevedo que não casou. E teve naturaes em Elena Mendes:

17. Duarte Coelho

17. Christovão d'Azevedo

17. Isabel Coelho.

Claro é que o senhor donatario da Teixeira, Gonçalo Pires Coelho nem da esposa Violante de Magalhaens nem da manceba Elena Mendes teve algum filho chamado Gaspar Leitão.

O genealogista fez mais: mostrou-lhe nos seus papeis que este Gaspar Leitão havia sido um mero escrivão na villa da Feira, cazado com uma Cecilia Mello, e nada tinha que ver com os senhores de Fermêdo.

Sebastião de Carvalho e Mello perdeu a demanda; mas seu neto vindo com embargos, instaurou-a de novo contra Gonçalo Christovão Teixeira Coelho, filho de Bernardo José Teixeira que destrinçara as torpes fraudes da genealogia dos descendentes de

um padre Sebastião da Matta-Escura e da preta Martha Fernandes.

E' escuzado preambular com grandes phrazes de indignação a sentença dos desembargadores. Sebastião José de Carvalho e Mello, logo que subiu ao ministerio, consummou a ladroeira intentada pelo avô e pelo pai. Gonçalo Christovão valeu-se então do esclarecido lettrado de Villa Real, Francisco Xavier Teixeira de Mendonça para o defender de tão estranho assalto á sua propriedade.

O dr. Francisco Xavier escreveu em 1747: *Epilogo memorial ou recopilação juridica* da *causa* que *pende por embargos na casa da Supplicação;* no mesmo anno outra *Allegação de direito;* e, em 1750, quando o usurpador era já ministro: *Petição de revista que pediu Gonçalo Christovão Teixeira Coelho de Mello Pinto da Mesquita, da sentença proferida a favor de Sebastião José de Carvalho e Mello sobre os morgados que instituiram Pedro de Magalhães e seu filho Simão de Mello etc*, *Lisboa*, 1750.

Innocencio Francisco da Silva (*Dicc. bibliog.*, tom. 3. pag. 97) mencionando os escriptos de Francisco Xavier, accrescenta: *O auctor depois marquez de Pombal*, *venceu a causa como era de esperar. Tanto o reo como o seu advogado foram prezos ao fim de alguns annos*, *aquelle em* 1756 *e este em* 1758, *e passaram-se muitos mais sem que se soubesse o destino que tiveram.*

Estava incorrectamente informado Innocencio.

Gonçalo Christovão foi preso em junho de 1761 por motivos muito diversos e estranhos ao litigio, e o doutor Francisco Xavier morreu degredado em Benguella em fins do mesmo anno. Um amigo do conde de Oeiras, D. fr. João Queiroz, bispo do Pará, em 7 de Setembro de 1762, escrevia ao governador do Maranhão que «os degredados do reino Martinho Velho e Gonçalo Christovão morreram entre Benguella e Angola.» Confundira Gonçalo Christovão com o doutor Francisco Xavier. Este foi o companheiro de exterminio de Martinho Velho, porque escrevêra arrojadamente, sob a influencia d'aquelle homem notavel, uma accusação contra o conde de Oeiras sobre os desfalques que a fazenda real estava soffrendo. O conde, em junta de ministros, propoz energicamente que o lettrado fosse garrotado no forte da Junqueira; mas opposera-se um dos votos conseguindo a permutação em pena de degredo. E' uma historia longa e intrincada que deve ler-se n'*As prisoens da Junqueira*, pelo marquez de Alorna, um opusculo reimpresso em 1882, desde pag. 35 até 45 da 1.ª edição [1].

[1] O editor destas PRISOENS DA JUNQUEIRA, dá-nos assim noticia da forma do manuscripto: «E' um caderno em 4.º, ainda bem conservado, mas que mostra ter-se feito d'elle muito uzo. A lettra é perfeitamente bem formada e legivel. Foi escripto com tinta vermelha que hoje se acha algum tanto desbotada. Esta circumstancia é digna de explicar-se. N'aquellas prisoens onde por tantos annos gemeu a innocencia

Quanto ás prisoens de Gonçalo Christovão e do seu advogado, não as motivou o pleito do vinculo. A questão acabára com a posse; e, se algum ressentimento ficou nos reconcavos negros do coração do vencedor, como é natural em tão ferina indole, as causas ulteriores não careciam desse fermento.

Este homem, quando encontrava o administrador d'um vinculo a estorvar-lhe a usurpação, matava-o juridicamente. Na casa de Athaides estava o morgadio de Carvalho. Sebastião José, o descendente do padre Sebastião da Matta-escura, dizia descender do instituidor D. Bartholomeu Domingues, e n'essa qualidade impoz que o senado de Coimbra o incabeçasse no morgadio vago por morte do conde de Athougia justiçado em 13 de janeiro de 1759. E depois como viram na *carta requisitoria* para a prisão de José Polycarpo, dizia-se pomposamente — *Senhor donatario de Carvalho.*

Na *Historia de D. José* I, diz o snr. Soriano *que ignorava se se dava a existencia de vinculo na casa*

---

e o merecimento, os prezos pela maior parte eram privados de tinteiro, talvez pelo receio de se relacionarem uns com os outros ou com suas familias. O autor, porém, d'esta Memoria excogitou um meio que muito bem lhe sortiu, para haver tinta, e foi — lavar os pés das cadeiras que lhe deram pintadas de vermelho com o vinagre que lhe ia ao jantar, e foi com esta tinta que elle escreveu a historia das prisoens, isto é, das crueldades, tormentos e provaçoens que soffreu e viu soffrer».

de Athouguia. Com toda a certeza existia. Em 28 de novembro de 1689 passou o senado de Coimbra carta de nomeação do conde de Athouguia D. Jeronimo de Athaide para administrador do morgado e albergaria da Villa de Carvalho, cuja administração vagára pelo fallecimento de seu pai D. Luiz d'Athaide. A carta é passada por Gonçalo Moraes da Serra, escrivão e juiz e vereadores a quem a nomeação pertencia pela instituição do vinculo. (Veja *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo Municipal de Coimbra,* pag. 72 e 73). Já o pai do conde de Oeiras quizera espoliar d'este morgadio de Carvalho os Athaides como ao senhor da Teixeira do morgadio de Montalvão.

O conde de Athouguia padeceu a morte affrontosa que sabem no dia 13 de janeiro, e a 19 de fevereiro Sebastião José de Carvalho — já ministro quando o conde de Athouguia foi nomeado administrador do vinculo em 1756 — era chamado á posse do vinculo do conde garrotado trinta e seis dias antes.

Encabeçado no morgadio, para que depois nunca mais sahisse de sua casa, esbulhou o senado do direito que lhe assistia de o nomear, conforme á disposição do instituidor. A carta regia de 9 de janeiro de 1770 diz... «para que regular e perpetuamente, na forma da lei do reino, continue nos descendentes legitimos do dito conde de Oeiras em cuja linha presentemente está, etc.». A abjecta adulação, se não

foi imposta violencia, do senado de Coimbra foi assim galardoada pelo successor do conde d'Athouguia. Em março de 1759 ordenou elle que picassem as armas dos Athaides e esculpissem as suas nos padroens do morgadio.

Este vinculo rendia aos senhores de Athouguia 590$000 réis, muito pouco em relação ao que podia render, se o morgado obrigasse os foreiros; mas o conde de Oeiras para ordenhar a vaca até ella dar o sangue, obteve em 1767 um alvará que lhe concedia a faculdade de nomear um ministro de lettras por elle pago para juiz privativo da cobrança dos fóros e raçoens do morgado de Carvalho, que os rendeiros lhe devessem na fórma do foral e antigo costume. Imaginem quanto este *amigo do povo* faria render o vinculo!

E o mais é que o conde de Oeiras gosava-se do morgadio do senhor da Teixeira e ria-se das certidoens dos linhagistas.

O marquez de Montebello indusia Sebastião José de Carvalho a que se fizesse genealogista; e elle, contando o caso ao benedictino Fr. João de S. Jose Queiroz, sua creatura e depois sua victima, disia que respondêra ao marquez: «Não, senhor, por que ficarei peor que alfaiate ou pedreiro; por que a estes homens se dá credito em juizo quando são chamados para louvados, e das certidoens de genealogias nenhum caso fazem os ministros.» Queria diser que os desembargadores riam das certidoens genea-

logicas e sentenciavam a favor dos poderosos que as apresentavam. Cynico e impudentissimo biltre! [1]

Mas, se não foi o pleito, como decerto não foi, que rasão houve para a captura de Gonçalo Christovão e de seu parente João Bernardo, trez annos depois do attentado de 3 de setembro? Por que lhes prenderam e sumiram dois creados tres mezes depois do supplicio de Belem, e os não prenderam a elles? Um bisneto de Gonçalo Christovão, a quem ha trinta annos interroguei sobre o facto incongruente, disse-me que havia um mysterio ignorado da familia; mas a opinião do vulgo era a menos provavel e um pouco lendaria: que o conde de Oeiras, querendo casar uma filha com um filho de Gonçalo Christovão, senhor de Bomjardim, este motejara a pretenção dizendo que os *Carvalhos* eram improprios dos *Jardins*. Isto é inverosimil. Se o conde de Oeiras quizesse casar a filha no Bom-Jardim, não acharia es-

---

[1] Memorias do bispo do Pará, pag. 147. Quanto ao cruel procedimento do conde de Oeiras com este prelado honradissimo, veja o *Prefacio* das Memorias.

torvo deante do seu despotismo. Elle obrigava os pais a violentar o casamento das filhas. As suas noras foram violentadas. A mulher do filho José Francisco, aos quinze annos casada á força, repelliu o marido do thalamo conjugal com a desesperada resolução de se deixar matar virgem. O conde de Oeiras inclausurou-a no convento do Calvario de Evora, a ver se a redusia aos deveres phyloginios pela fome e pelos máos tratos. A filha de D. Vicente Monteiro Paim manteve-se inflexivel. Nove annos supportou a reclusão, e sahiu, quando o marquez foi desterrado. O marido repulso, a bêsta lasciva vendo que a não vencia, tinha exigido ao pai outra mulher. Annularam-lhe o casamento o nuncio e o cardeal patriarcha, para o maridarem com outra mulher violentada, a filha de Nuno de Tavora, e sobrinha do marquez estrangulado. E emquanto o pai agonisava no calabouço da Junqueira, era a desgraçada D. Francisca de Lorena arrastada ao altar para se ligar ao asqueroso conde da Redinha, que a outra intrepida creança repellira com asco [1].

Sempre preoccupado com ter sido causa da prisão dos Teixeiras Coelhos a fuga de José Polycarpo, reli todas as correspondencias diplomaticas da mi-

---

[1] D. Isabel Monteiro Paim cazou em 1779 com D. Alexandre de Souza Holstein, a sua paixão de infancia, e destes amores romanticos nasceu o 1.º duque de Palmella.

nha escassa livraria, umas impressas outras ineditas, desde o attentado de 3 de novembro de 1758 até á queda do marquez em 1777; e, com espanto da minha ignorancia ou da infidelidade da minha memoria, achei no tomo VII do *Quadro elementar das relaçoens politicas e diplomaticas de Portugal*, pag. 18, com data de 21 de junho de 1761, um despacho de Saint-Julien, agente de negocios em Portugal, para o duque de Choiseul, n'estes termos um pouco desordenados: *que se tinham prendido quatro fidalgos com todos os seus criados, os quaes se achavam reclusos em diversos conventos da provincia do Alemtejo, e em algumas das prisoens de Lisboa, por haverem, segundo se dizia, favorecido a fuga de José Polycarpo um dos assassinos d'el-rei: eram os tres fidalgos irmãos de Gonçalo Christovão Pereira* (aliaz *Teixeira*) *Coelho, representante de Egas Moniz.*

Provavelmente a versão do despacho está incorrecta ou o agente não percebeu a noticia. Gonçalo Christovão não tinha irmãos, nem os presos profanos eram recolhidos aos mosteiros. O fidalgo do Bom Jardim tinha seis irmans: estas é que foram presas, em consequencia de uma denuncia que vou referir. O certo é que ou já estivesse preso como suspeito Gonçalo Christovão — o que se refuta — ou o fosse juntamente com as irmans, é incontestavel que a sua captura está esclarecida pela fuga de José Polycarpo.

Um sobrinho de Gonçalo Christovão, cadete de um regimento do Porto, apaixonara-se por uma creatura qualquer cognominada a *Roque*, irman d'outras *Roques* que em Lisboa gosavam celebridade um tanto piccaresca emparceiradas com a rapasiada fina. A' mãe d'este cadete, prima do senhor da Teixeira, chegou a noticia affrontosa de que seu filho requestava uma *Roque* para casamento. Outro seu filho, João Bernardo correu alvoroçado ao Porto para dissuadir o irmão do enlace vergonhoso; e taes coisas o cadete lhe disse da sua dignidade, que o irmão regressou a Villa Real a convencer a mãe consternada de que o mano jamais pensára em dar semilhante passo por cima das cinzas irritadas de seus avós.

Poucos dias depois, é a tranquilla senhora outra vez aturdida com a nova de que o casamento se faria, se não lhe acudissem com remedio extraordinario e heroico. João Bernardo escreveu a seu tio Gonçalo que vivia em Lisboa casado com sua prima D. Francisca de Noronha Manoel e Portugal. Pedia-lhe que recorresse a Sebastião José (os fidalgos disiam sempre *Sebastião José* — ellipse de menoscabo) para que o cadete immediatamente fosse preso e transferido para a India. Uma boa mãe de raça antes queria o filho degredado na India que matrimoniado com uma *Roque*. Gonçalo Christovão, intendendo que o conde de Oeiras era pessoa idonea para uma agarração, expoz-lhe o caso com a competente rhetorica

heraldica. O conde, o *democrata* — segundo pregoam certos calumniadores de *meetings* e de gazetas — achou acertada a providencia summaria, pombalina, de capturar e desterrar o fidalgo que pretendia casar com uma mulher da ralé. Dito e feito: o cadete foi mettido no Limoeiro, com promessa de ser expatriado para Goa.

O preso, conhecendo os motores, jurou vingar-se. O degredo cortava-lhe a carreira, e tirava-lhe a mulher amada. Era uma tyrannia acerba. A paixão, se o não absolve, modifica a infamia da denuncia que desgraçou, a um tempo, a sua familia toda. Foi elle quem revelou, por intermedio de ministro subalterno, que seu tio e seu irmão tinham protegido a fuga de José Polycarpo d'Azevedo; não denunciaria, porém, a paragem do homisiado por que a ignorava. O conde de Oeiras, o insigne velhaco, certo de que tinha a preza segura, não quiz proceder ao encarceramento de Gonçalo Christovão, e de João Bernardo que andava na côrte, sem que o preso tivesse sahido não para o degredo na Asia, mas para o Grão-Pará. Simularam uma sahida do delator para a India; porém, quando chegou ao caes, a náo tinha levantado ancora, e o juiz criminal que o conduzia, com a maior urbanidade, mandou-o sósinho recolher-se ao Limoeiro. E o conde, com um sorriso, e a grossa pitada de esturrinho nos dedos e a luneta de ouro fita no olho direito, disse a Gonçalo Christovão que seu sobrinho ia para o Brazil, e estaria

*

lá muito mais seguro do que na India. E, com effeito, foi até ao Maranhão [1].

Dias depois, Gonçalo Christovão e seu sobrinho João Bernardo eram prezos e conduzidos ao Forte da Junqueira; e logo na primeira náo da carreira do Brazil, repatriou-se e appareceu na côrte o cadête para cazar com a Roque e ser despachado capitão de infanteria de Cascaes. Do tronco illustre dos gothicos senhores de Fermêdo, Sergude e Teixeira sahiu esta vergontea que, enxertada na Roque, deu fructos cuja podridão não conheço. O tio e o irmão sei eu que foram encavernados em um dos dois carceres peores. Eram desenove as masmorras, mais ou menos alumiadas, excepto duas em que a noite mal se differençava do dia. Em uma d'estas duas entraram os dous fidalgos transmontanos [2].

---

[1] Não invento a grossa pitada do conde de Oeiras. Elle era um farto e sujo receptaculo de simonte. Um seu coevo, Francisco de Figueiredo, conta: «O nosso grande Pombal quando ia de Belem para Lisboa sempre parava á porta de um estanco, e mandava a sua caixa com pouco dinheiro para lhe deitarem tabaco; em caza tinha nos bancos sobre folhas de papel porçoens de tabaco de que se servia, e nas casas onde residia em mais de um ou dous logares, como no seu gabinete e na secretaria, para onde passava logo que se erguia cedo». (Theatro de M. de Figueiredo, tom. iv, pag. 641).

[2] As prisoens da Junqueira pelo marquez de Alorna pag. 70-74.

Refere o seu parente e companheiro de carcere, marquez d'Alorna que o desembargador-carcereiro quiz obrigar os presos a reconhecer como sua uma carta sem examinar-lhe o conteudo, confrontando, de longe, a lettra com outra que José Bernardo confessava ter escripto. Não posso conjecturar nem o Alorna illucida o que a devassa queria inferir dessas cartas. Talvez algumas falsificadas referencias a José Polycarpo — communicaçoens do tio ao sobrinho, instrucçoens para a expatriação do condemnado. Os dous presos sabiam que a suspeita era antiga no conde. Já em abril de 1759 dous criados de Gonçalo Christovão tinham sido presos e trateados provavelmente para denunciarem a paragem de José Polycarpo. Assim o communica o conde de Merle ao duque de Choiseul: *que se haviam prendido dous creados de Gonçalo Christovão pessoa de esclarecido nascimento, cuja familia tinha vindo para Portugal com o conde D. Henrique de Borgonha, fundador da Monarchia* [1]. (QUADRO ELEMENTAR, t. VI, pag. 144).

O certo é que o desembargador Luiz de Men-

[1] Inexactidão que se desculpa á vaidade franceza. A familia de *Teixeiras* é anterior á monarchia portugueza. Os genealogistas vão até aos reis Ordonhos, e o conde D. Pedro chega a D. Mem Viegas e D. Thereza Rodrigues, deduzindo cinco geraçoens até ao primeiro que se chamou Hermigio Mendes da *Teixeira*.

donça obrigou com sanguinarias ameaças Gonçalo Christovão a assignar uma folha em branco. Depois fez-se um grande silencio de quinze annos n'aquella sepultura. As irmans de Gonçalo Christovão, que tinham sido restituidas á liberdade, estavam na côrte. Um dia foram todas prezas de novo em conventos, por que o conde de Oeiras soube que se correspondiam com o irmão mediante um creado do desembargador. O marquez d'Alorna lembra-se com gratidão deste rapaz que se chamava Domingos e era de Villa Real. E' de crer que o movessem á compaixão os dous fidalgos seus conterraneos abatidos a tamanha miseria. Domingos foi carregado de ferros e nunca mais se fallou d'elle.

«Gonçalo Christovão — diz o marquez d'Alorna — com uma habilidade rara de mãos para trabalhar insignemente em todos os officios, com uma vontade tambem nada vulgar para servir a todos, tem-nos sido de grande soccorro n'esta prisão, e continuamente está empregado no serviço de algum de nós para concertar o que se quebra e desmancha, e para quantas commodidades são possiveis.» Elle padecia asthma, gastralgias e uma cystite chronica. O cirurgião mandou-lhe beber o diuretico cosimento de morangos; mas o desembargador dava-lhe uma salsa parrilha muito antiga para se desfazer da grande porção d'ella que tinha envelhecido na cozinha do Forte. Economias.

João Bernardo, que era poeta, fazia versos; e,

para fazer alguma coisa mais util, era o infermeiro dos doentes.

Tanto elle como o tio resavam muito, —*purificavam a consciencia*, diz o Alorna. Estes descendentes de Pedro Coelho realmente necessitavam todos de purificar as suas consciencias; mas não me parece justiceiro nem honesto que a Providencia divina — a dos castigos — fizesse o conde de Oeiras seu logar-tenente na expiação dos Coelhos pelo sacrificio das duas victimas do denunciante marido da Roque.

Em 1777, Gonçalo Christovão, sua esposa, irmans e sobrinho recolheram a Villa Real. Levaram do Forte da Junqueira uma negra que os tratára com muita caridade nas suas fomes e doenças. Esta preta, de nome Joanna Maria, herdou de seus amos parte de uma casa apalaçada que voltou á familia Teixeira Coelho, e foi depois vendida á familia Cabral de Moraes. Ahi conheci ha trinta e dous annos um antigo e celebrado governador civil de Villa Real, chamado José Cabral Teixeira de Moraes que me contou esta lenda da negra.

O estalajadeiro dos Padroens da Teixeira ainda vivia; como a dôr o não pôde matar quando soube que o seu salvador estava enterrado vivo ou morto,

José Polycarpo d'Azevedo, prostrado aos pés de Gonçalo Christovão, se então morresse, morreria bem.

NOTA

Foi publicado, no proximo passado abril em Lisboa, um opusculo anonymo intitulado PROCESSOS CELEBRES DO MARQUEZ DE POMBAL. Faz menção muito succinta do processo pleiteado entre Sebastião José de Carvalho e Gonçalo Christovão, e diz que *nunca se soube para onde G. Christovão sahiu ou se morreu no Forte da Junqueira.* O marquez d'Alorna nas PRISOENS DA JUNQUEIRA occupa-se extensamente de Gonçalo Christovão e de seu sobrinho José Bernardo. Ambos elles sahiram em 1777 e morreram, passados annos, na sua casa de Villa Real. No tom. II (Notas) da HIST. DE D JOSÉ I pelo snr. Simão Soriano vem a lista quasi exacta dos que sahiram do *Forte da Junqueira,* e entre estes estão os mencionados fidalgos de Traz-os-montes. A prisão do advogado Francisco Xavier Teixeira de Mendonça foi motivada, como referi, por ter elle sido o redactor de uma representação contra Sebastião de Carvalho, apresentada a D. José por Martinho Velho que foi degredado para Angola juntamente com o advogado Francisco Xavier. O anonymo diz que o conde de Oeiras foi agraciado com o titulo de marquez de Pombal em 1769. A data não é correcta. Esta mercê foi datada em 16 de setembro de 1770. O anonymo provavelmente guiou-se pela *Resenha das familias titulares do reino de Portugal,* onde se encontra o erro. O opusculo, sem desaire destas inadvertencias, tem merecimento.

Oraculos

DO

MARQUEZ DE POMBAL

D. Luiz da Cunha, por antonomasia o *Deão dos embaixadores*, no seu *Testamento politico*, ou *Carta ao principe D. José*, aconselha este principe a escolher, quando reinar, para seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho, *cujo genio paciente e especulativo, ainda que, sem vicio, um pouco diffuso, se acorda com o da nação*. N'este juizo, ou superabundam às inepcias ou as ironias. O genio *paciente* de Sebastião José de Carvalho chega a invergonhar as paciencias e humildades de S. João de Deus e dos sete martyres de Marrocos. Quanto á *diffusão* d'esse genio em harmonia com o da nação, o juiso do dis-

soluto e macrobio barregueiro de Paris justificou-o a concordancia do genio nacional com a indole de Sebastião de Carvalho.

D. João v e os ministros cardeal da Motta e Fr. Gaspar nunca prestaram grande attenção aos alvitres de D. Luiz da Cunha. Como elle, já muito velho, doudejava escandalosamente com mulheres, e de mais a mais judias, o rei, aquelle corpo sevado nas graças israelitas de Margarida do Monte, não tinha o seu embaixador em muito serio conceito. Conta o cavalheiro de Oliveira que a judia Salvador, commensal de D. Luiz, usava o habito de Christo em que a investira o seu octogenario amante. Ora isto, a fallar verdade, devia desauthorisar na côrte portugueza os avisos do diplomata.

É conhecida a carta do secretario de D. João v, Alexandre de Gusmão ao embaixador que lhe pedia a sua cooperação para certo negocio. «O cardeal da Motta, escreve Gusmão, disse-me que V. Ex.ª queria metter-nos em arengas, o que era tentar a Deus»; quanto ao rei, esse respondêra que a proposição de D. Luiz era mui propria das maximas francezas com que elle estava naturalisado — e que não proseguisse mais. Não tinha credito com o rei; mas grangeou-o com o principe [1].

---

[1] O bispo do Pará, nas suas MEMORIAS, confirma e amplia as noticias do cavalheiro de Oliveira: «Succedeu que se

Nas reformas essenciaes de Sebastião José de Carvalho transluz a educação politica de D. Luiz da Cunha. Na *Carta ao principe* está consubstanciado com grande desenvolvimento o alvitre de avocar ao juiso secular os processos da Inquisição. Influenciava-o certamente o amor da celebrada judia sua contubernal. Sebastião de Carvalho executou o projecto de lei de seu mestre, excepto no artigo em que o embaixador aconselhava o exterminio dos autos de fé *que os naturaes iam ver como uma festa de touros e os extrangeiros como uma mogiganga pela variedade das insignias.* Sebastião de Carvalho reservou mentalmente para si o privilegio de acender as lavaredas de Domingos de Gusmão quando a sua vingança precisasse dessa grande luz do alcatrão e das archotadas.

---

foi apoderando d'elle (do embaixador) a celebre madame Salvador que, sem os agrados da idade, teve os attractivos de penetrante juizo, felicissima exposição e dominio sobre os affectos de D. Luiz; de sorte que, vivendo com elle abria os massos do rei quando chegavam de Portugal e lia as cartas. Perceberam isto os inglezes, e não desconfiando até alli de D. Luiz, recearam que esta Omphale mettesse a roca na mão a Hercules, sendo partidaria de França. Teve D. Luiz a mortificação, trez mezes antes de morrer, de lhe mandarem tirar de caza esta *má-dama*. Foi-se para Hollanda a creatura em companhia de D. José de Noronha, irmão do conde de Valladares. D. Luiz morreu logo na lei em que viveu que ainda se não assenta qual fosse». Pag. 138 e 139.

Depois, como sabem, Malagrida foi garrotado como herege. O conde de Oeiras a zelar a orthodoxia Romana! Que cavillosa perversão a d'este homem *verdadeiramente illuminado*, e *espirito vidente*, lhe chamava hontem o snr. Latino Coelho! [1] Com que criticismo e sensibilidade generosa outro escriptor excepcional, o snr. Ramalho Ortigão, escreveu ha pouco em um jornal brazileiro que o grande marquez atirara *um pontapé* ao padre Gabriel Malagrida! Cruelissimo pontapé foi esse o que atirou á forca e ao fogo um velho dementado pelas trevas e frios e miserias de trez annos de masmorra! Um cavalheiro que não dá facadas nos seus adversarios politicos, nem espanca os doidos, vence as tentaçoens do sonoroso estylo, e não escreve semelhantes *chauvinismos* sem se achar com a funesta coragem de fornecer achas para a fogueira do seu proximo, quer elle tenha uma convicção religiosa, quer obedeça a um tresvario irresponsavel—duas situaçoens respeitabilissimas.

Se o marquez não observou integralmente os conselhos de D. Luiz da Cunha, respeitou com a maxima fidelidade as suas reprehensoens aos ministros misericordiosos que votavam mais pelo perdão que pela forca. N'esta parte, o discipulo nunca desmentiu o pedagogo, cujos canones venerou até ao pe-

---

[1] *Gazeta da Noute* de 7 de maio.

nultimo anno do seu reinado — desde o cadafalso de Belem até ao incendio da Trafaria, desde o incendio das cabanas de Monte-Gordo até ao esquartejamento de João Baptista Pele. Diz assim o oraculo de Sebastião de Carvalho: *Eu fui desembargador da Relação do Porto e da de Lisboa, e observei que muitos dos meus collegas (cujo máo exemplo talvez segui) punham todo o seu cuidado em achar rasoens para não condemnarem á morte os que a mereciam, a titulo mal entendido de piedade, que só seria meritoria, se fosse revelado ao Ministro piedoso que o que livra da forca não fará outro delicto; mas como raramente se corrigem, é sem duvida que de todos os crimes que depois fizerem devem dar contas a Deus os ministros que lhe conservaram a vida.* D. Luiz da Cunha e Sebastião José de Carvalho haviam de ter muito medo de dar contas a Deus. Meigas e timoratas consciencias!

N'isto como em tudo mais, D. Luiz da Cunha collabora nos actos de Sebastião de Carvalho respectivamente ao Santo Officio. Aconselhou-lhe que nobilitasse os christãos novos arrependidos. O ministro de D. José deu o habito de Christo a um commerciante que na sua mocidade sahira de vela amarella em um auto de fé. Aconselhou-lhe a confusão das raças e das côres. O conde de Oeiras fez irmão da Misericordia um mulato, com grande vituperio para os seus confrades que tinham justificado a pureza do seu sangue.

Nas reformas inquisitoriaes tambem teve notavel influencia Francisco Xavier de Oliveira que elle encontrara em Londres e Vienna d'Austria. Este livre pensador desagradou ao Santo Officio por ter dito em uma das suas CARTAS publicadas em Amsterdam, em 1742, *que alguns padres da egreja levados de certos principios, emprestados dos pagãos que tinham reconhecido a excellencia do celibato, preferiam este estado ao do matrimonio* (CARTA 56). O Santo Officio condemnou a heresia, e fechou para sempre as avenidas da patria ao auctor e aos seus livros. Em 1744 contrahiu relaçoens de fraternal amizade e analogia de ideas com Sebastião de Carvalho em Londres. Conviveram ainda em Vienna. Depois, o seu amigo regressou á patria, e foi ministro em 1750. O cavalheiro de Oliveira em 1751 imprimia em Londres as suas *Œuvres Mêlées,* sob o titulo de *Amusement periodique.* O Santo Officio foi o seu assumpto predilecto, e ahi apparece, como no *Testamento politico* de D. Luiz da Cunha, a idea salvadora de chamar ao conselho de estado os processos da Inquisição. Em o primeiro numero posterior ao decreto que secularisa as sentenças do Santo officio, escreve Oliveira jubilando com a execução do seu alvidramento: *O decreto real ordenando que as sentenças da Inquisição se não executem sem que o seu conselho as approve e a assignatura regia as confirme pode natutural e insensivelmente derruir a jurisdição d'esse tribunal. Cumpre confessar que este decreto dá van-*

tajosissima idea do novo rei e do novo ministro que elle escolheu. A hypocrisia, o bigotismo e a impostura do precedente ministerio, isso conheço eu muito á minha custa; e, se este logar fosse o adquado para provar o que digo, provas não me faltariam. Invectiva contra os ministros de D. João v, pyndarisa os novos ministros, e accrescenta: *Se não nomeio estes ministros é que receio ferir a sua modestia, e tambem por uma especie de delicadeza, por que tendo-lhes eu ha pouco pedido que me façam a justiça que os seus predecessores me negaram, a respeito das pretenções que tenho no ministerio, e esperando da sua generosidade e da* amisade com que sempre me honraram, *que elles hão de reparar as injustiças que soffri, não ouso incençal-os de maneira que pareceria suspeita e unicamente interesseira.*

Francisco Xavier de Oliveira esperou dez annos que os seus amigos ministros lhe fizessem justiça, e a final fizeram-lh'a por este theor: A inquisição processou-o, o processo foi como era de lei ao conselho de estado, o conde de Oeiras, como é natural, presidiu a esse conselho, e o seu amigo Xavier de Oliveira foi condemnado a morrer relaxado em estatua, isto é, queimado vivo, se o apanhassem. O conde de Oeiras assistiu ao espectaculo na praça do Rocio. A estatua do cavalheiro de Oliveira ardia nos seus intestinos de lan ao mesmo tempo que os ossos do Malagrida se encineravam na fogueira. Ora, quando o conde de Oeiras deixava assim proceder, ou pro-

cedia directamente com os seus amigos e correligionarios, que podiam esperar os adversarios?

Francisco Xavier de Oliveira veio a morrer, vinte e dois annos depois, em grande penuria, em Hachney. Como falleceu em 1783, ainda pôde consagrar duas lagrimas sentidas ao seu saudoso amigo marquez de Pombal [1].

Outro oraculo do marquez de Pombal foi Alexandre de Gusmão, ministro de D. João v. Todas as incomeadas providencias de Sebastião de Carvalho á cerca da moeda, das Companhias na America, das colonias, das industrias nacionaes, das obnoxias distinçoens entre christãos novos e velhos, das minas

---

[1] O conde de Oeiras, depois de servido pelos seus doceis ou vendidos servos, usava com elles um processo original. Em 1760, Mr. de Saint-Julien, encarregado de negocios em Portugal, enviava a Lord Knowles um *Papel* (periodico) com noticias de Lisboa em que se diz que dentro de poucos dias sahiria á luz um grosso volume contra os jesuitas de que era autor o abbade Platel que havia sido frade capuchinho bem conhecido pelo que praticara nas missoens da Cochinchina, o qual havendo passado para Londres, viera de lá para Lisboa com uma boa pensão que lhe mandára dar o conde de Oeiras para elle trabalhar n'aquella obra. Este francez, mais conhecido por *Padre Norberto*, apostatára e secularisara-se por breve pontificio de 1759. O bispo Sisteron, na sua pastoral de 24 d'abril de 1745, disia deste apóstata: *Le capucin Norbert est un rebelle, un seditieux aveuglé par l'orgueil et privé de jugement; un de ces hommes,*

do Brazil encontram-se nos escriptos de Gusmão que tem os seguintes titulos:

Calculos sobre a moeda.

Resposta de Alexandre de Gusmão ao papel que fez Antonio Pedro de Vasconcellos governador que foi da colonia do Sacramento sobre os tratados dos limites da America.

Dissertação sobre os interesses dos tratados dos limites da America. Consulta sobre o Regimento da fundição das minas do Brazil — Resolução de s. magestade sobre a mesma consulta — Consulta sobre a advertencia da resolução — Avisos sobre a mesma. Reparos sobre a mesma capitação.

Estes trabalhos elaborados entre 1747 e 1751, fallecido Gusmão em 1753, appareceram nas leis de

---

audacieux qui n'ont jamais eu l'esprit de leur vocation; un debauché qui est la honte de ses confrères; un fou à qui il échappe à chaque instant de nouvelles extravagances; un indocile que proteste formellement qu'il ne reconnaît aucun supérieur, ni ecclésiastique, ni séculier; un cœur double et faux qui n'a ni honnêtete, ni bonne foi: un esprit dangereux sur qui il faut sans cesse avoir les yeux ouverts; un homme, en un mot, capable de tout. Eis um homem ao pintar para o conde de Oeiras. Mandou-o vir de Londres, e justou-o por 1:500$000 reis annuaes para escrever contra a Companhia de Jesus. O padre assalariado escreveu com effeito *Mémoires historiques contenant les entreprises des Jesuites contre le Saint-Siege,* e imprimiu a obra. Dizia o padre Pedro Homem, um dos jesuitas que sahiram do Forte da Junqueira em 1777, que o padre Platel era o autor d'um *Ante-christo* attribuido

Sebastião José de Carvalho, desde 1754 em diante. Ser-me-ia agradavel tarefa confrontar o plagiato não só na essencia das providencias, mas até na fórma. Não o faço com justo receio de que o meu paiz não tenha dez caturras que me agradeçam o inutil serviço. Se os ha, esses que cotejem os escriptos geniaes de Alexandre de Gusmão com as jactanciosas rapsodias de Sebastião de Carvalho.

Distingue os dois uma notavel differença: o marquez de Pombal deixou a seu filho uma casa que ha cem annos rendia cento e vinte mil cruzados; e Alexandre de Gusmão, depois de servir D. João V como seu secretario particular nove annos, morreu tão pobre em 1753 que o seu espolio não chegou para

---

a Malagrida, e escripto para o condemnar. Não tenho isto como certo: o que sei é o que se lê em um livro muito parcial do conde de Oeiras, intitulado ADMINISTRAÇÃO DO MARQUEZ DE POMBAL. Diz o anonymo: *Tendo as memorias historicas do padre Norberto ácerca da Companhia produzido em Portugal e em muitos estados da Europa o effeito que o ministro esperava, este resolveu livrar-se de um homem tão perigoso. O marquez de Pombal ia desterral-o, porém o padre Norberto antecipou-se-lhe fugindo.* Esta é boa! Serve-se do homem; depois acha-o perigoso, e quer dar cabo d'elle! Nunca se viu coisa assim.

O apostata foi morrer miseravelmente em França ou na Hollanda em 1770 com setenta annos de idade. A biographia do padre Norberto, uma cadeia de infamias, foi escripta por Chevrier e publicada em 1762.

pagar-lhe as dividas. Sebastião José de Carvalho apparece a dar providencias no leiloamento dos haveres do seu finado collega. Possuo um cartapacio de officios redigidos pelo ministro, com a ementa á margem — *Registado*. São do punho de Sebastião de Carvalho, e com emendas da sua mesma lettra. Um dos *Avisos* diz:

Para o corregedor do civel da corte Francisco Xavier de Mattos Broa.

Sua Magestade é servido ordenar que Vm.ce em comprimento do precatorio que lhe passou o desembargador Amador Antonio de Sousa Bermudes de Torres, como juiz do inventario dos bens de Alexandre de Gusmão, faça logo remetter para o juizo do inventario para n'elle ser vendido, um laço, fita de pescoço, e uns brincos de diamantes e rubis que se acham no deposito geral da corte, a requerimento de Anna Maria do Vencimento, conservando-se no preço d'estas joias a mesma hypotheca e direito que esta credora tem pela penhora que n'elles fez. Deus guarde a Vm.ce

Paço 12 de maio de 1755.

Para Amador Antonio Bermudes de Souza Torres.

Sua magestade deferindo ao requerimento que lhe fez Miguel de Avilez Carvalho foi servido ordenar que o corregedor do civel da côrte remettesse ao juizo do inventario dos bens de Alexandre de Gusmão as joias que se acham no deposito da corte com penhora feita por Anna Maria do Vencimento. E' o mesmo senhor servido que Vm.ce as faça vender em o leilão que se está fazendo dos ditos bens, com a de-

*

claração porém que o procedido das ditas joias se não confundirá com o preço dos outros bens, ficando no valor d'estes conservada a penhora e hypotheca especial que n'ellas tinha a dita credora para se lhe conservar n'esta até o direito que tiver para a preferencia. Deus guarde a Vm.ce

Paço 12 de maio de 1755 [1]

Como havia preferencia, é certo que o espolio não chegava para as dividas. Sebastião de Carvalho, redigindo estes officios, protestava mentalmente não morrer insoluvel como o seu collega [2].

---

[1] Os officios não tem a assignatura de Sebastião José de Carvalho e Mello porque eram os rascunhos.

[2] Ha escuros segredos a dilucidar na biographia d'este estadista que nas sciencias politicas foi mais arguto que D. Luiz da Cunha, e na sagacidade e lucidez de fino sentir foi o mais avançado espirito do seu seculo. Alexandre de Gusmão casou em annos bastantemente adiantados, á volta dos cincoenta, com D. Isabel Maria Teixeira Chaves, filha de Francisco Teixeira Chaves, fidalgo da casa real. Era uma senhora prendada e bem dotada. Pelos serviços de seu pai fôra ella despachada com a commenda de Santa Comba dos Valles, com a alcaidaria-mor de Piconha e com a tença dos Portos-sêcos. Em 1749, quatro annos antes de fallecer, Alexandre de Gusmão tinha 19:000 cruzados de renda, provenientes dos seus empregos, prasos e commendas, cujos rendimentos elle particularisa em uma carta datada em Lisboa aos 19 de fevereiro de 1749 e enviada ao seu amigo padre João Monteiro Bravo (PANORAMA t. IX, pag. 278). Em 1751 tinha dois filhos que lhe morreram no incendio da casa. Quando elle

O arcediago Luiz Antonio Verney — outro e mais fecundo oraculo do marquez de Pombal.

O VERDADEIRO METHODO DE ESTUDAR é o motor mais progressivo que a chamada edade de ferro das lettras portuguezas podia receber não só de um homem, senão de uma Academia empenhada na reformação. Verney, só de per si, multiplicando-se com diversos disfarces anonymamente para redarguir victorioso aos differentes adversarios, fez mais que as academias que o precederam e seguiram, completamente estranhas aos assumptos capitaes da instruc-

---

morreu dois annos depois, era já viuvo. Que fim tiveram os predios de Alexandre de Gusmão? O praso de Côrte da Villa entre Azambuja e o Tejo que elle comprara em 1749 por 40:000 cruzados? e os bens que tinham no Brazil? Em fim, onde se afundiu o capital que rendia 19:000 cruzados? Verdade é que em 1749 ainda o incommodavam os credores. «E o certo é (escrevia elle) que por estes primeiros quatro ou cinco annos heide metter, como dizem, agulhas por alfinetes, até me alimpar da carepa das dividas, que em quanto as ha não tenho descanço. Porem, uma vez que me veja livre d'ellas, terei com que passar decentemente.» Não chegou a completar de vida os cinco annos em que esperava remir-se; mas que n'esse transcurso de tempo chegasse a apuros de empenhar o habito e as arrecadas da esposa, ao mesmo tempo que conservava carruagem, é isto uma incongruencia que só pode sahir bem combinada com grandes infortunios motivados por tentativas mercantis ou desordem de regimen em que não são raros maiores prodigios». (CURSO DE LITTERATURA por C. C. B. pag. 163-165).

ção scientifica, e pelo commum embevecidas em legislar poeticas para o theatro e rhetoricas para os discursos. Na victoria do egregio lidador influiram bons auspicios, por que, embora silenciosos durante a lucta, eram da sua parcialidade todos os homens illustrados como o franciscano Cenaculo e o congregado Francisco José Freire. Luiz Antonio Verney polira em Italia, no crizol de todos as renascenças, as armas com que lidou e venceu. Gosou largos annos ainda do seu triumpho, por que a semente lançada por elle á terra portugueza fortificou rapidamente e deu fructos sasonados no dia 23 de dezembro de 1770 quando uma Carta regia creou a *Junta da Providencia litteraria*, cujos membros, sectarios de Verney, eram os encarregados de planejarem os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* [1].

O marquez de Pombal entregou os volumes do *Novo methodo de estudar* aos illustrados encomiadores do arcediago Verney, e encarregou-os de remodelar os novos *Estatutos da Universidade* pelos alvitres do erudito evolucionista. De sua lavra não ha elemento algum; nem a limitada sciencia e descultivado espirito lhe permittiam collaborar nessa obra de reconstrucção. O que havia de sua parte era o rancor ao ensino da Companhia de Jesus, como se aos professores da Universidade quer leigos, quer

[1] Curso de litteratura, pag. 159-161.

clericaes competisse destruir o que estava estatuido nos paragraphos sediços dos velhos estatutos.

Em que moeda pagou o marquez de Pombal a Luiz Antonio Verney?

Na do odio que cunhava ao fogo do seu luciferino coração para todos os homens distinctos que lhe obscureciam a mediocridade.

Verney foi victimado como agente de negocios em Roma ao impressor Pagliarini elevado a essa cathegoria pelo conde de Oeiras em remuneração da guerra que fez á Companhia de Jesus. Clemente XIII expulsara-o, como infame, de Roma, e Clemente XIV, a pedido do ministro portuguez, rehabilitou-o, e nobilitou-o com a ordem equestre do Esporão de ouro. Que papas! Chega a gente a recear que os dois não fossem perfeitamente infalliveis!

Verney foi tambem sacrificado ao estupido Almada, embaixador em Roma. Este parente do Pombal odiava o seu illustrado subalterno que o aconselhava. Denunciou-o ao marquez — que os jesuitas o tinham comprado por trinta contos para lhes revelar os segredos da côrte. O marquez removeu-o para a Toscana, e tirou-lhe «algumas rendas de livros (diz Verney) e de outras couzas que me ajudavam a viver». Escrevia o sabio ao marquez a fim de obter, conforme a promessa d'el-rei, que lhe mandassem imprimir os seus livros, alem dos tres tomos do *Novo methodo de estudar*. O marquez não lhe respondeu. Imprimiu á sua custa a *Physica*, e mandou-a apre-

sentar ao marquez de Pombal. *Assentei comigo*, diz o pobre doutissimo Verney, *de não imprimir mais cousa alguma, porque os tempos eram infelizes, e os meninos não eram para graças.* Verney morreu indigente em 1792. Sobreviveu dez annos ao marquez para o poder chorar por largos tempos.

A carta d'este illustre reformador dos estudos, em que se queixa das ingratidões do ministro, lê-se no *Conimbricense* n.º 2229, e alguns extractos d'ella nos PROCESSOS CELEBRES DO MARQUEZ DE POMBAL, recentemente publicados em Lisboa. Para opprobrio de D. José e da sua filha mentecapta, reproduz-se um periodo d'essa carta: *Despedido que foi o Pombal, o novo governo reconheceu e publicou a minha innocencia, e me permittiu tornar para Roma. D'este modo ficou salva a minha honra, mas os gravissimos prejuisos em todo o genero que soffri e soffro nunca se salvaram. E causa admiração a todos os politicos illuminados que no governo de uma rainha tão piá, tão benefica e servida por ministros tão justos, illuminados e grandiosos, eu me ache no deploravel estado em que me vejo!*

Direi agora do mais proficiente collaborador das reformas pombalistas, o medico Antonio Nunes Ribeiro Sanches. Estudou em Coimbra, em Salamanca, em Italia, em Londres e em Leyde. Sahiu de Portugal aos 27 annos, e estabeleceu-se como medico na Russia, onde foi conselheiro da imperatriz Catharina. Transferiu-se para Paris em 1747, e lá morreu

em 1783. Prohibiu-se-lhe o ingresso na patria, desde que em Portugal circulou o seu manuscripto intitulado: IDEIAS PARA MEU USO ÁCERCA DA INQUISIÇÃO. Os estadistas portuguezes consultavam Ribeiro Sanches sobre variadas providencias da reformação, e em toda a sciencia de governo, na politica, na economia e nas sciencias. Imprimiu umas cartas em 1760 sob o titulo de CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE, provavelmente enviadas ao conde de Oeiras. Assim se exprime em um periodo: «Parece-me que, vistos os notaveis inconvenientes da educação domestica e das escolas ordinarias, não fica outro modo para educar a nobreza e a fidalguia que apprender em sociedade ou em collegios; e como não é coisa nova hoje em Europa esta sorte de ensino, com o titulo de *corpo de cadetes*, ou escola militar, ou *collegio dos nobres*, atrevo-me a propor á minha patria esta sorte de collegios não somente pela summa utilidade que tirará d'esta educação a nobreza, mas sobre tudo o estado e todo o povo.» Cinco mezes depois, o conde de Oeiras creava o *Collegio dos nobres* por carta de lei de 7 de março de 1761.

As providencias do conde de Oeiras sobre Inquisição e igualdade de christãos novos e velhos achamse elaboradas na dissertação de Ribeiro Sanches intitulada: *Origem do appellido de christãos velhos e christãos novos em Portugal, e causas por que ainda continua, e tambem a perseguição dos judeus*, com

os meios juntamente de fazer com que cesse em pouco tempo essa distincção entre vassallos d'um mesmo soberano: e tudo para propagação da religião catholica e utilidade do reino.

As leis do marquez de Pombal sobre agricultura inspirou-lh'as o escripto de Ribeiro Sanches, intitulado: *Projecto para um estabelecimento de escola d'agricultura.*

As leis sobre colonias procedem da *Dissertação ácerca dos meios de conservar as conquistas e colonias portuguezas.*

A reforma dos estudos medicos na Universidade está delineada na dissertação: *Meios acertados para estabelecimento d'um tribunal, d'um collegio de medicina, a fim que essa sciencia seja sempre util ao reino de Portugal e ás provincias que d'elle dependem.* Além d'isto foi impresso em 1763 o *Methodo para apprender e estudar a medicina, e illustrado com apontamentos para estabelecer-se uma Universidade real, na qual deviam apprender-se as sciencias humanas de que necessita o estado civil e politico.*

«Em 1761, diz Vicq-d'Azir, mandou o doutor Sanches muitas Memorias aos principaes medicos da Europa e Portugal para reforma das Universidades de Salamanca e Coimbra.»

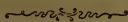
Quando Ribeiro Sanches communicava ao marquez de Pombal os seus planos, todos convertidos nas leis que estabeleceram a gloria do ministro, a sua pe-

nuria de meios era muito apertada em Paris. Viveu ali dezeseis annos sem soccorros da Russia, e nem um ceitil dos seus compatriotas. E o marquez de Pombal, que dava 1:500$000 reis annualmente ao infamissimo padre Norberto, consentia que o seu inspirador, nos derradeiros annos, acceitasse, com o jubilo da miseria soccorrida, a esmola que lhe mandou a imperatriz.

Em nenhum escripto coevo do reinado de D. José se encontra este glorioso nome. E' necessario abrir o 3.º vol. da HISTORIA NATURAL de Buffon para sabermos que o eminente naturalista se confessava agradecido ás illucidaçoens do medico portuguez.

De resto, não é facil destrinçar quaes sejam as concepções individuaes e genialmente espontaneas do marquez de Pombal—espirito creador, no dizer do academico Latino Coelho. Tudo lhe concorreu de elaboração alheia. E, se não fosse elle o assimilador, seria um dos muitos seus contemporaneos, mais talentosos e menos perversos, uns obscurecidos, outros aniquilados pela presumpção de querer ser unico. Leis originaes, da estreme concepção de Sebastião de Carvalho—indisputavelmente d'elle—são uma que manda fazer o canal de Oeiras para os vinhos do conde se transportarem economicamente; outra que estabelece a feira de Oeiras para encarecer as propriedades do conde e os generos da sua lavoira—e a lei dos *Contiguos* para encravar na sua quinta de Oeiras as pequenas propriedades lemi-

trofes. A quarta creação genuina de Sebastião José de Carvalho é a lei promulgada em 15 de março de 1751 em que se prohibe pendurar cornos epigrammaticos ás portas das pessoas casadas. E não me consta que se celebrasse este rasgo civilisador nas actas do centenario. O legislador intendera que tão dura fazenda dentro das cazas e á porta da rua era um pleonasmo, um luxo digno de pragmatica repressiva. Sempre grande este marquez! Chegava até aos cornos, não direi da lua, mas dos seus concidadãos.

O marquez de Pombal e o terramoto

S PINDARISTAS do marquez de Pombal, a meia volta, vem com o terramoto a terreiro, como quem desembainha a melhor lamina de Tolêdo. Pretendem, ao que parece, convencer-nos de que, sem Sebastião José de Carvalho, a terça parte de Lisboa, arrasada pelas convulsoens e pelo incendio, nunca mais se levantaria. Dão ao ministro uns ares mythicos de Amphião que, ao toque da sua lyra, arrastava as pedras que muito de compasso se iam dispondo na construcção dos muros de Thebas. Elles sabem perfeitamente que as providencias legisladas nesse desastre confluiram de

diversas juntas civis, ecclesiasticas e technicas. Ouviram-se os alvitres de diversos individuos e o primeiro consultado foi um a quem o rei perguntou: — O que hade agora fazer-se? — «Enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos» respondeu o marquez de Alorna; mas o vulgo dos apologistas do marquez não permitte que algum luzo, tirante Sebastião de Carvalho, podesse dar resposta tão attica e profundamente conceituoza.

O ministro na sua posição official fez o que lhe cumpria. Não fugiu de Lisboa. Nenhum dos seus collegas fugiu. Se fugisse, algum dos seus cooperadores seria investido da sua authoridade e do expediente que as circumstancias aconselhavam a qualquer intelligencia mediana. Permanecendo entre as ruinas, ou mais litteralmente, na barraca da calçada da Ajuda, onde se não sentiam os grandes abalos, cumpriu o seu dever, de mais a mais com a satisfeita complacencia de quem nada perdêra no terramoto. Nem havia termo medio no exercicio das suas funcções: ou ser aquillo que foi — um collaborador energico das providencias, ou abandonar o posto e a responsabilidade.

Eu não me sinto muito penetrado de admiração pelas primeiras providencias de modo a consideral-as uma explosão de genio. Aquillo de fazer conduzir das provincias violentamente levas de operarios para caboucarem nas ruinas — o cêrco posto aos gallêgos fugitivos para os fazer trabalhar com o tagante á

vista — a tomadia dos cereaes e outros viveres nas provincias forçando os proprietarios a vender por preços infimos o pão necessario para o seu costeio agricola — estas medidas despoticas commovem menos que uns espectaculos que ninguem relembra com receio de desluzir a gloria absoluta do marquez. Em quanto Sebastião de Carvalho, de lunêta no olho, e as costas direitas no respaldo da poltrona presidencial, assistia ás conferencias, viam-se por entre os escombros da cazaria arrasada os parochos e as religioens salvando os moribundos e sepultando os mortos. D. João de Bragança, irmão do duque de Lafoens, por entre o acervo do pedregulho, arrancou da morte muita gente entalada nos vigamentos abatidos. Sampayo, um monsenhor da patriarchal, com as pessoas que lhe seguiram o exemplo, sepultou duzentos e quarenta cadaveres, e conduziu os feridos aos hospitaes. Pelos arrabaldes de Lisboa andavam varios fidalgos com os seus medicos curando os feridos. Os mosteiros abriram espontaneamente as suas cêrcas para hospitaes, e os frades davam aos feridos o seu pão e os seus disvellos de infermeiros e consoladores. Os conegos regrantes e os oratorianos receberam em S. Vicente e nas Necessidades muitas familias desvalidas a quem sustentaram e abrigaram nas suas cêrcas. Os filhos bastardos de D. João v recolheram no paço e no jardim de Palhavan mais de duas mil pessoas que alimentaram e vestiram durante muitos mezes. Ou-

tros fidalgos, nestes extremos de caridade, empenharam os seus haveres desfalcados pela desgraça commum. Parte do palacio dos Tavoras no Campo Pequeno constituiu-o a marqueza em hospital de que ella foi a mais caridosa infermeira. O entêrro dos cadaveres que ameaçavam a conflagração da peste foi a providencia summa a que, sem estimulos do ministro, acudiram os nobres e os prelados para darem exemplo á arraia-miuda que fugia com um prudente mêdo do azorrague pombalino que activava as providencias. As ordens expedidas com referencia a hospitaes não eram do ministro: eram dos homens technicos, da junta de facultativos que superentendia nessa especie, e communicava ao ministerio as suas deliberaçoens. A IV *Providencia* que manda sahir para vinte leguas distantes da côrte os amancebados com as suas mancêbas, essa, sim, não se comprehende que um estadista portuguez a concebesse sem ter no craneo, por transfusão, um pedaço do cerebro de Richelieu com outro pedaço encephalico de Colbert.

O scôpo deste degrêdo dos viciosos era apagar o raio da vingança divina sobre Lisboa por causa dos taes indisciplinados do Tridentino. Tambem mandou prender e degredar para Angola uns *profetas* imbecilitados pelo terror que andavam pelas ruas repetindo o que o patriarcha João Manoel dizia nas pastoraes: que por causa dos peccados da devassa Lisboa, se abalára a terra — que fizessem peniten-

cia. A ordem que manda enforcar os ladroens estava no *Livro* v; e, se não estivesse, em tal conjunctura, qualquer aguazil de corregedor a proporia; mandar, porém, que os 200 ladroens enforcados estivessem suspensos nos patibulos, ás esquinas de Lisboa, até o tempo os consumir, foi um alvitre, sobre superfluo, nocivo, por que augmentava as probabilidades da peste pela podridão dos cadaveres insepultos. As providencias para desentulhos e outras operaçoens concernentes ao desbarranco das ruinas, são do senado; e, quando fossem do ministro, nada tem que as recommende á admiração da posteridade. Os alvitres respectivos ás freiras desenclaustradas, aos frades, ao culto, e ás procissoens penitenciarias promanaram do patriarchado.

O essencial da *Providencia* XII são os *Actos de sua magestade para applacar a ira divina.* E' o mesmo que faziam os taes *profetas* mandados para Angola. Estes pobres idiotas como não tinham á sua devota disposição as gargantas dos conegos, cantavam elles em notas gemebundas a sua penitencia.

Por escassêz de capital não tinha razão de affligir-se o ministro. Havia abundancia de dinheiro e de viveres. O erario regio não se tinha perdido. O cofre dos orphãos que estava em S. Roque passou para o erario. Os cofres da casa da moeda, dos Tres Estados, e dos Defunctos e Auzentes tiraram-se das ruinas. De Inglaterra, no mez immediato ao da ca-

tastrophe, veio, como brinde de Jorge II, em seis navios de guerra, um generoso donativo. Os anglophobos, quando verberam a perfida Albião, fingem que não sabem o facto humilhante de ter recebido Portugal, mediante Sebastião José de Carvalho, *a quem o presente foi dirigido*—270:000 cruzados, 200:000 alqueires de farinha, 200:000 de trigo, 6:000 barricas de carne salgada, 4:000 de manteiga, 11:000 de arroz, 5:000 sacas de bolacha, e toda a especie de instrumentos de ferro para desentulhar e construir, assim como milhares de sapatos. (*Relaçoens politicas e diplomaticas de Portugal*, tom. XVIII, pag. 363). O ministro de França, por esse tempo, annunciava ao duque de Choiseul que tinham chegado de Hespanha dous carros de dinheiro.

Foram regeitadas as offertas de França, excepto architectos e alveneis para a reedificação dos estabelecimentos publicos. Com superabundancia de dinheiro, de braços, de engenheiros peritissimos como Carlos Mardel, Eugenio dos Santos e Manoel da Maya, e de funccionarios intelligentes e activos em todos os districtos da administração, realmente a estatura de Sebastião José de Carvalho, vista a olho nu, pouco se avantaja á dos seus cooperadores na facil obra de remover entulhos com os braços do exercito, e reedificar predios á custa dos seus donos. Dizem que dera um novo feitio á cidade. Pudera não dar! Maravilha seria que a reconstruisse pelo tra-

çado em que o terramoto a encontrou! Estranhas calinadas.

Lisboa tinha soffrido desde 1309 até 1755 onze terramotos mais ou menos destruidores. No de 1551 arrazaram-se duzentas casas e morreram duas mil pessoas. No de 1597 submergiu-se o Alto do Monte de Santa Catharina com tres ruas e cento e dez edificios. Mas o de janeiro de 1531 é comparavel ao de 1755, por que abateram mil e quinhentas casas e não se calculou os milhares de victimas. Pois os chronistas do reinado de D. João III, intendendo que os ministros não mereciam a immortalidade pelo facto de cumprirem o seu dever, providenciando no enterro dos mortos e no remedio dos vivos, escassamente relatam o successo. Garcia de Resende deixou na sua *Miscellanea* a relação poetica do grande terramoto, em que nem sequer allude a Pedro de Alcaçova, o Pombal d'aquelles tempos. [1]

[1] Nos ANNAES DE D. JOÃO III por Fr. Luiz de Sousa ha um vacuo de sete annos, 1530-1537. O insigne escriptor deixou fóra dos *Annaes* a noticia do terramoto. Em compensação, Garcia de Resende, testemunha ocular, conta assim a catastrophe:

Por mais calamitosas provaçoens passaram Lisboa e os ministros a quem corria a obrigação de as remediar. Houve pestes mais devastadoras que os terramotos. Na de 1569 morriam no decurso de alguns mezes entre quinhentas e seis centas pessoas por dia. Os operarios cahiam mortos pela fome. Já não havia terra para sepulturas. Parte dos sessenta mil que morreram enterraram-se nas lojas das proprias cazas. Em quanto o rei em Cintra promettia levantar um pomposo templo a S. Sebastião advogado da peste, Diogo Lopes de Souza governador da casa do Civel e D. Martinho Pereira vedor

---

. . . .
Gretas, buracos fazia
a terra, e se abria;
agua e areia sahia
que a enxofre fedia;
isto em Almeirim se viu;
e porque logo vieram
grandes chuvas que choveram
e alguñs dias duraram,
as aberturas taparam
que nunca mais pareceram.
Todos com mêdo que haviam
deixaram casas, fazendas;
nos campos, praças dormiam,
em tendilhoens e em tendas;
casas de ramas fasiam.
. . . .
Dous meses assi estiveram,
na mór força do inverno;
aguas, ventos sostiveram,
tormentas, trovoens soffreram
bradando por Deus eterno.
. . . .

da fazenda esforçavam uma inutil coragem, na cidade, a pé firme, no amago do incendio da peste abrindo casas de saude e tirando recursos prodigiosos, sem violencias nem alcavallas, do meio da miseria geral. Dez annos depois, o guarda-mor da saude Diogo Salema providenciou contra outro flagello desolador que matou em Lisboa quarenta mil pessoas, vinte mil em Evora e cem mil em todo o reino. Lucta desabrida com a fatalidade irreparavel devia ser a desses homens chamados a remediar infortunios como se deparam nos quadros desses dias de angustia! Um jesuita infermeiro dos em-

Tambem se sentiu no mar:
sem vento mares se alçaram;
navios fôram tocar
com quilhas no fundo dar
como perdidos andaram.

. . . .

Muros e torres cahiram,
villas, praças, mosteiros,
egrejas, casas, celleiros,
quintas, e as mais abriram.
Não caíam pardieiros:
pedras se viam rachadas,
e cousas de muitas sortes,
quanto mais rijas, mais fortes,
tanto mais espedaçadas.
Infinda gente morreu;
grandes pêrdas receberam,
grande pêrda se perdeu;
muitos má morte morreram
por que de noite aqueceu. [1]

[1] *Aconteceu*

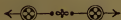
pestados, o Padre Manoel Fernandes pintou um desses quadros com esta pungente simplicidade: *Cortava o coração ver os filhinhos depois da morte das mães irem para o degredo* (quarentena) *com seus crucifixos na mão, lamentando sua orfandade. Por outra parte ir ferida, caminhando para a casa de saude, a se curar, uma viuva com seis criancinhas, de longe chorando após ella, e quando a pobre ia caminhando aos poucos pela força do mal, se assentava para descançar, pondo os olhos n'aquelle orfão rebanho, quando o deixava so entregue nos braços da divina Providencia, aconteceu com os olhos fitos em tão lamentavel objecto expirar; e assim era consolação para as mães morrerem-lhe os filhos primeiro, por não deixarem tanto desamparo. E ás vezes se achavam as criancinhas vivas mamando nos peitos das mães mortas* [1].

Isto é que eram horrendos conflictos! Os ministros incumbidos de providenciarem contra um inimigo incessante e implacavel deviam de vêr-se em trances bem mais apertados que Sebastião de Carvalho que tinha ás suas ordens milhares de contos e milhares de braços para desobstruir as rimas dos cadaveres, terraplenar os alicerces da nova cidade, mandar aos proprietarios dos terrenos que edificas-

---

[1] *P.e Antonio Franco,* IMAGEM DA VIRTUDE EM O NOVICIADO DE COIMBRA, pag. 589.

sem de novo, se quizessem, e vender por conta do thesouro os chãos cujos proprietarios não appareciam reclamando. Os dinheiros do erario eram tão de sobra que Sebastião José de Carvalho os emprestava aos seus amigos que queriam edificar. O quarteirão de casas que os Bertrands possuiram e legaram aos seus herdeiros na Rua Garrett foi assim construido. O primeiro Bertrand veio pobre para Portugal, enriqueceu protegido por Sebastião José de Carvalho, administrador liberalissimo do erario, ao mesmo tempo que os fidalgos dispendiam as suas casas quebrantadas no amparo das familias indigentes. Não sei se Carvalho ganhou com o terramoto; perder é que decerto não perdeu. A sua casa da Rua Formosa ficou intacta. O parvoeirão do rei disse que era isso uma prova de que Deus protegia o seu ministro; e o conde de Obidos respondeu: *Certo é, senhor; mas similhante protecção acharam tambem em Deus as moradoras da rua Suja.*

O marquez de Pombal e o vinho

SEBASTIÃO José de Carvalho conhecia os processos de governar do seu contemporaneo Frederico II. Companhias, todas as emprezas commerciaes em Companhias. Era preciso que não houvesse discrepancia nos traços de analogia entre Frederico II da Prussia e José I de Portugal. O P.e Antonio Pereira de Figueiredo já tinha confrontado D. José I com Augusto Cezar, e achou este segundo diminuto na comparação. *Parallelo de Augusto Cezar e de D. José o Magnanimo, Rei de Portugal.* É onde póde chegar a servil bajulação de um homem intelligente!

Nos estados prussianos havia Companhias de as-

sucar refinado, da raiz da chicoria para substituir o café, para o commercio do sal, para o commercio das lenhas, e até para a pesca do arenque. O conde de Oeiras, sempre no fáro de Frederico, tambem creou a Companhia da pesca do atum no Algarve e outras pescarias — fazendo fugir 3:000 pescadores portuguezes para Hespanha—e tambem creou a Companhia da pesca da baleia no Brazil, e mais a do sal, vendendo o monopolio por 60 contos, e fomentando as desgraças do povo e da agricultura que o historiador Robert Southey explanou largamente, e as linhas que delimitam este bosquejo não comportam.

Certo escriptor absolutista exalta o marquez de Pombal pela instituição das Companhias violentas; por que diz elle que as espontaneas só se podem formar nos governos republicanos como foram Marselha e Florença. Faz a apologia dos privilegios, e dá uma desanda nos modernos que os combatem, declarando que a intervenção do commerciante no conhecimento dos negocios publicos é incompativel com o espirito das monarchias. Este absolutista esturrado, ardente panegyrista de Pombal, parece que levantaria bandeira entre os republicanos do centenario, se não tivesse morrido ha annos em Londres [1]. Deste proemio deriva ao elogio da *Compa-*

---

[1] O NOVO PRINCIPE OU O ESPIRITO DOS GOVERNOS MONARCHICOS pelo dr. em medicina José da Gama e Cástro. Rio de Janeiro (2.ª edição) 1841, pag. 380.

nhia geral da agricultura dos vinhos do Alto-Douro, promulgada por alvará de 10 de setembro de 1756. O leitor sabe de sobra o que foi a Companhia; e, se o não sabe, pede-me que o não importune com tal antigalha; mas eu, que estudo esta questão ha tres quartos d'hora para perceber como Sebastião José de Carvalho mandou inforcar treze homens e quatro mulheres, e açoitar e degredar muitos populares, peço licença para infastiar o leitor por quinze minutos.

Em 1753 a Feitoria ingleza comprou aos lavradores do Douro 21:107 pipas de vinho a 17 libras cada pipa. Em 1754 os feitores inglezes escreviam aos seus commissarios no Porto—«que os vinhos portuguezes estavam desacreditados em Inglaterra, como venenosos pelas estranhas confeiçoens com que eram fabricados.»—No mesmo anno pois em que os medicos inglezes davam como venenoso o vinho do Douro, bebiam elles lá as 21:107 pipas de veneno a 77$500 a pipa. Excentricidades inglezas, patifarias inglezas.

Desacreditado o vinho, por conluio dos compradores, que não tinham concorrencia no mercado, compraram por 3 libras a pipa que no anno anterior tinham comprado por 17, e continuaram a embebedar-se, quero dizer—a envenenar-se.

Um tal Pancorvo, hespanhol, negociante de vinhos, conversando com um frade dominicano, chamado José Mansilha—tio-avô d'outro Mansilha, estudante de Coimbra, e assassino enforcado em 20 de

julho de 1828—lembrou-lhe crear-se uma Companhia para contra minar a collusão ardilosa dos ingleses. O frade foi ao Douro d'onde era natural, conversou com alguns lavradores afflictos, e partiu para Lisboa em procura de Sebastião José de Carvalho.

O ministro ouviu o frade e achou tão acertada a ideia da Companhia que nem mais largou o frade nem a ideia.

Foi a Companhia instituida, e taxaram o preço de cada pipa de vinho entre 20 e 25$000 reis—primeira arbitrariedade estolida ou capciosa em que já se accusa o monopolio. Os preços regulares, anteriores a 1754, foram despresados para a fixação da taxa, e attenderam somente ao preço contrafeito de 1754 e 1755. Se remontassem vinte e seis annos antes, achavam em 1730 o vinho a 52$000 reis por pipa. Este preço augmentou até 1750 em que se vendeu a 70$000 reis. Tinham vinte e seis annos regulares para determinarem um termo medio; porém, só lhes serviu para comparação o anno em que os feitores mancommunados reduziram o preço a 13$500 e 10$000 reis.

Começaram as preferencias, as desigualdades, os vexames e o desenfreado monopolio. Poucos lavradores lucraram, relativamente a muitos que ficaram perdidos. A Companhia nunca elevou a taxa aos preços antigos, e a situação do lavrador era cada vez mais desgraçada, por esta razão:—em 1750 uma pipa de

vinho vendia-se entre 60$000 e 70$000 reis. A raza de pão milho custava 200 reis. Por consequencia, uma pipa de vinho vendido por 60$000 reis equivalia a 300 alqueires de pão. Quarenta annos depois da instituição da Companhia, vendeu-se o vinho de 1.ª qualidade por 26$260 reis. Estava o milho a 800 reis a rasa. Uma pipa de vinho, por tanto, equivalia a 35 alqueires de pão. Logo: antes da Companhia, uma pipa de vinho valia, pelos menos, 300 alqueires de pão; e, depois de meio seculo da direcção inaugurada pelo frade Mansilha, procurador da Companhia em Lisboa e pelo ministro Carvalho, accusado de receber 100:000 cruzados annuaes, uma pipa de vinho equivalia a 36 alqueires. Os partidarios da Companhia citavam o anno de 1812 em que se vendeu a pipa de vinho por 100$000 reis; mas o pão estava a 1$200 reis: equivalia por tanto uma pipa de vinho a 83 alqueires. No anno de 1806 a Companhia, despresando as leis da instituição, pagou o vinho a 6$000 reis a pipa, equivalente a 6 alqueires de pão que então se pagou a 1$000 reis.

Mas Sebastião José de Carvalho, instituindo a Companhia, fez que o lavrador recebesse vinte e cinco mil reis pela pipa de vinho que vendia por 10$000 reis em 1755. Isso é assim. O ministro, na sua profunda ignorancia das leis economicas, que podia ter aprendido na longa residencia em Inglaterra, executava impetuosamente os seus alvitres antes de os meditar ou não os sabia meditar. Os

10$000 reis não era o preço ordinario — era o resultado de uma sordida confederação dos compradores, era um preço retrahido e contrafeito que devia ceder a outra ordem de providencias, á abertura de outros mercados, á concorrencia de competidores e a um desvio da rotina como cumpria a um estadista gravido de reformas. Sebastião de Carvalho suppunha vêr, no seu curto horisonte, a Feitoria ingleza punida com a instituição da Companhia; e a Inglaterra zombava do estadista lôrpa que lhe dera a vantagem de pagar com 28$000 o que, antes da instituição, lhe custava 17 libras. Em uma *Memoria* publicada em Londres, por 1812, a favor da Companhia, dizia um Duarte Tompson: «Ha 26 annos que sou correspondente da Companhia, e tenho tido em todo este espaço de tempo frequentes occasioens de observar que, a não existir ella, ficariam os vinhos por muito maior preço aos importadores.»

Todas as instituiçoens do marquez de Pombal, exceptuadas as da instrucção publica, ou morreram com elle por insustentaveis como as manufacturas, ou, se lhe sobreviveram, deram os resultados da Companhia dos vinhos e de todas as Companhias no Brazil. Quanto ás reformas da sciencia, essas tinham de si mesmas o natural impulso de vitalidade, que não estava no propulsor, mas na acção omnipotente e evolutiva do tempo. Se não fosse o marquez quem reformasse a Universidade, seria um dos muitos que cooperaram n'essa reforma, em que elle não

poz um obulo de sua lavra intellectual. Chamam-lhe Sully, Richelieu e Colbert. Fazem-no recuar um seculo na vereda da civilisação. E' de justiça. Os grandes estadistas do seu tempo chamavam-se Alberoni, Walpole e William Pitt. Ninguem dirá que Sebastião de Carvalho foi contemporaneo de Voltaire e Rousseau, se o não attestassem o ferino empedramento de alma vasia de toda a piedade e barbarisada pelo destemor da justiça providencial. Insultava a religião dos dogmas e a da naturesa, quando fingia acatar a perversidade nos flagicios da Inquisição, e servia-se de Christo como de um auxiliar que lhe mascarasse a impiedade das suas injustiças.

Em 1770 comminava graves penas a quem possuisse e não entregasse para a fogueira a *Analyse de Bayle*, o *Dictionaire philosophique de Voltaire*, o *Nouveau Dictionaire historique portatif*, as *Lettres turques*, as *Œuvres philosophiques de la Metrie*, etc. Que desfaçado impostor! Elle lia tudo isso, e esforçava-se por manter o povo nas trevas, receando a reacção da philosophia. Que civilisador, ó centenaristas!

Nem Deus, nem dignidade, nem remorsos.

A sua mão, onde quer que pousava, punha nodoas de sangue. A Companhia dos Vinhos foi inaugurada no Porto com uma fileira de forcas que trabalharam seis horas, e por um crebro ululular de gemidos de uns açoitados que se tinham amotinado em seguida á bebedeira de terça-feira de entrudo.

Eu não me persuado que tivessem uma preluci-dação das futuras malfeitorias da Companhia os arruaceiros condemnados. Sim: não me atrevo a considerar martyres da sciencia economico-agricola o soldado Antonio de Sousa, de alcunha o *Negro*, e mais o Manoel Francisco, de alcunha o *Cosido*, e o Tativitate, e o Chêta, e mais as senhoras Custodia Maria, de alcunha a *Estrellada*, cumplice enforcada da Pascoa Angelica, meretriz professa. Nem elles nem ellas se devem considerar bodes e cabras expiatorias da idêa moderna contra os monopolios e pela liberdade das industrias. A celebrar assim a memoria destes padecentes, não se explica a incongruencia dos democratas avançados que, um destes dias, fizeram a apotheose do despota que mandou enforcar aquella gentalha esfrangalhada e piranga, como reos de crime de *alta traição e de leza magestade da primeira cabeça*. Não se renega assim o ideal avoengo.

Historiadores de outiva e nomeadamente o snr. Simão Soriano contam coisas pavorosas do escrivão da alçada, o desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello. Chama-lhe «monstro de crueldade» e exprobra-lhe ter violado immunidades, denegrido honras de mulheres casadas e filhas

honestas que lhe iam exorar as vidas dos pais e maridos, chegando a fazer enforcar as mulheres que corrompêra. O snr. Soriano leu isto e muitos mais quadros sardanapalêscos em um manuscripto qualquer intitulado *Vida do marquez de Pombal* e nas *Recordaçoens* de Raton. Porém, as testemunhas de vista, aliás desaffectas ao marquez de Pombal, Agostinho Rebello da Costa, por exemplo, na *Descripção topographica e historica da cidade do Porto*, nem accusam nem se quer deixam transparecer alguma d'essas violencias assacadas ao escrivão da alçada.

O procedimento dos amotinados desculpa a severidade do castigo. Quando entrou no Porto o presidente da alçada João Pacheco Pereira de Vasconcellos, hospedando-se na casa dos Amorins, na Praça das Hortas, a populaça foi tumultuosamente dar-lhe *môrras* á porta e apedrejar as sentinellas. A praça trasbordava de sediciosos em estrondosa assuada, dando *vivas* ao povo e vozes de fogo contra o piquete. O desembargador deu ordem ao commandante de dragoens que despejasse a canalha a cutiladas, o que se fez com a maior actividade, segundo depõe testemunhas da devassa — depoimentos que, a fallar verdade, dispensamos por que não temos a menor duvida de que o povo fosse muito activamente e meritoriamente acutilado.

Se houve iniquidade na sentença da alçada, essa é a que menos ensanguenta os annaes do marquez de Pombal; chego até a persuadir-me que o processo

nunca se desviou da linha recta da justiça nem tão pouco se aproximou da outra da misericordia.

Mas é curiosissimo o empenho com que se procura declinar da lei e do primeiro ministro a severidade dos supplicios sobre a responsabilidade do escrivão da alçada José Mascarenhas! Alguns idealistas que a seu sabor desculparam o marquez, dramatisam uma lenda, já romantisada pelo eminente escriptor Arnaldo Gama, reproduzida a serio por articulistas de bom cunho como Emygdio de Oliveira, referida por Soriano e tambem por elle refutada na *Historia de D. José* I. Contam que o conde de Oeiras, indignado pela crueldade de José Mascarenhas, o enviára insidiosamente ao Brazil com carta de prego ao vice-rei Gomes Freire. Apresentou-se o desembargador illudido, e soube que a sua missão era preparar uma masmôrra para aferrolhar um réo de alta traição. Escolheu-se o peor dos calabouços na peor das fortalezas da colonia; mas o desembargador, ainda assim, lamentava não haver coisa peor, que bem correspondesse ao crime do condemnado quem quer que fosse; e, no cumulo do zêlo, censurou a indulgencia do vice-rei a quem a enxovia se figurava atroz de mais. Gomes Freire deu-lhe razão, e mandou-o entrar na masmôrra, por que era elle o criminoso de alta traição.

O conto é de effeito; mas desdizem da condição do conde de Oeiras a causa do castigo e o expediente atraiçoado. Se elle quizesse punir as crueldades do

escrivão da alçada, não usaria insidia nem cartas de prégo: intimava-lhe a prisão, o desterro e a morte sem preambulos nem cerimonias. Mas a verdade não é isso, não é esse romance tão disparatado dos costumes do marquez de Pombal. Procurarei esclarecer as obscuridades em que envolveram este José Mascarenhas, execrado escrivão da alçada, Innocencio Francisco da Silva, Simão José da Luz Soriano, e outros escriptores bem subsidiados pelo thesouro nacional, mas dotados de uma grande e esteril preguiça tambem nacional.

José Mascarenhas era algarvio e tinha trinta e sete annos quando veio na alçada ao Porto. Antes dos quinze annos sentára praça no regimento da Armada. Era filho do desembargador do paço João Pacheco Pereira de Vasconcellos e D. Anna Mauricia Mascarenhas de Mello, de Lisboa. Levaram-no para a milicia enthusiasmos romanêscos. Da Armada passou para tenente de cavallaria do regimento do Caes; nesta patente foi para o castello da Ilha Terceira e subiu o sargento-mór da praça. Aos deseseis annos escreveu um livro de versos que intitulou SAUDADES DO OCEANO. Se é crivel que um lyrico abonado por tão romantico titulo de versos, fôsse capaz de corromper as colarejas do Porto e mandal-as enforcar corrompidas! Ao mesmo tempo que poetava, exhibia a sua sciencia militar em outro livro que escreveu e não imprimiu: *Evoluções militares para a instrucção do mais ignorante soldado.*

*

Quando se enfastiou da vida militar, ahi na volta dos trinta e dous annos, foi para Hespanha, e estudou jurisprudencia cezarea e pontificia nas universidades de Valladolid e Salamanca. Graduado nestas faculdades, regressou em 1747, matriculou-se na Universidade de Coimbra, *defendendo*, diz Barbosa, *com exemplo nunca visto*, *conclusões magnas em todo o Direito civil*, em 1755. Doutorou-se por tanto aos trinta e cinco annos.

Durante o curso de Coimbra escreveu e publicou versos — sessenta oitavas, sob o titulo de *Glorias de Lysia*, celebrando os desposorios de D. Eugenia, filha do conde de Tarouca, e Manoel Telles da Silva. Cantou a exaltação de D. José ao throno. Pranteou a morte do marquez de Valença, cujo elogio recitára na Academia dos Occultos: chama-se *Sentimentos de Lysia* a pezada empada metrica. Em proza, publicou oraçoens academicas recitadas em academias hespanholas de que era socio, e um *Culto encomiastico* em louvor do dom prior de Santa Cruz, reformador da Universidade, D. Francisco da Annunciação.

Tinha o habito de Christo e fôro de fidalgo desde 1748; e, apenas doutorado, ganhou de salto a beca de desembargador, e como tal foi enviado como escrivão na alçada em que seu pai era presidente. Entretanto, a sua vocação principal não era inforcar: eram as lettras, as academias; e depois veremos como as lettras e as academias o atraiçoaram. A

real academia de Historia e a Pontificia liturgica de Coimbra applaudiram-o como socio. A academia mathematica e geographica de Valladolid encarregou-o de escrever a HISTORIA GEOGRAPHICA de Portugal; a Academia de Madrid convidou-o a escrever a NOTICIA EXACTA DO TERREMOTO DE 1755. Traduziu do francez e annotou a HISTORIA DO TREMOR DE TERRA DE LISBOA, e discorreu seis vezes na Academia dos Occultos, de que era presidente. Tinha attingido o acumen litterario no seculo XVIII. Como escriptor juridico, podem avalial-o pela SENTENÇA DA ALÇADA, prefaciada e commentada eruditamente.

Logo que recolheu da sua missão ao Porto, foi nomeado juiz executor da fazenda da bulla da sancta cruzada, e, em 18 de maio de 1758, conselheiro do Conselho Ultramarino. O decreto é tão honroso para José Mascarenhas que o nomeia *por graça especial que não poderá ser allegada por exemplo.* E acrescenta: *E não obstante que não tenha tirado carta, nem se lhe haja de passar emquanto eu assim o não determinar, lhe ficará servindo de carta este decreto, para por virtude delle gosar desde a sua data todos os ordenados, emolumentos, honras, franquesas e antiguidades, de que gosaria se realmente o estivesse exercitando no dito tribunal, em quanto se demorar no Brazil, ou eu não ordenar que este se publique, ficando por ora em segredo até eu resolver que elle baixe.*

D'esta arte galardoava Sebastião José de Carva-

lho o escrivão da Alçada e o redactor da sentença que condemnou á forca a plebe do Porto, e ás despezas apparatosas do exercito as familias innocentes no motim popular.

Escreve o snr. Soriano que José Mascarenhas devia partir para o Brazil em fim de desembro de 1758 ou principios de 59 por isso que no mez de desembro, a 14, recebera os ordenados vencidos de maio a desembro — 991$110 reis. Não é exacta a hypothese do snr. Soriano. Em 20 de setembro de 1758 já José de Mascarenhas escrevia da Bahia de todos os Sanctos a Fr. Manoel do Cenaculo. Vê-se que partiu pouco depois de ser nomeado. Em 5 de agosto de 1759 escrevia de novo a Cenaculo. A 7 de desembro deste anno, o conde de Bobadella, vice-rei, escrevia do Rio de Janeiro ao ministro da Marinha participando-lhe que o conselheiro Ultramarino ainda estava na Bahia, causando transtorno, porque havia a resolver negocios que dependiam da sua presença. Este aviso irritou o conde de Oeiras, porque a sua missão dizia respeito á prisão dos jesuitas e ao confisco dos seus bens; e o conselheiro ultramarino, em vez de ir direito ao Rio, deixava-se estar mais de um anno na capital, a fazer o quê? Presume o snr. Soriano que *estivesse doente*. Nada, não estava. Tinha perfeitissima saude. Era a vocação litteraria que o estava perdendo. Contemplai e apprendei, ó desembargadores e conselheiros ultramarinos portuguezes que viveis atormentados por verso e prosa!

Tinha havido na Bahia uma Academia chamada dos *Esquecidos*. Morrera de inanição; mas o nosso academico não podia consentir que uma academia assim se apagasse á mingua de phrases e de rhetorica. Tratou de a renascer, e intitulou-a dos *Renascidos*. Nos novos Estatutos que elle, denominando-se *Director perpetuo*, redigiu, justificava o renascimento pela *necessidade de erigir um padrão de alegria que sentirão os habitantes da Bahia com a noticia do perfeito restabelecimento de Sua Magestade Fidelissima depois da sua perigosa enfermidade e do seu affecto á real pessoa*. Em tão grande jubilo, não admira que a grammatica coxeie. Inaugurou-se a Academia dos Renascidos em 6 de junho de 1759. Houve muita eloquencia do presidente, e dos socios Antonio Gomes Serrão e José Pires de Carvalho, etc. Elles eram quarenta effectivos e setenta e seis supra-numerarios, todos loquacissimos.

Em quanto esta gente palavriava no decurso de quinze sessoens, o conde de Bobadella chamava do Rio o seu conselheiro, e José Mascarenhas enfeitiçado pelos filtros da Minerva da Bahia e tambem da Venus local, ainda no dia 25 de abril de 1760 discursava derramadamente ácerca da historia militar do Brazil.

Mas o vice-rei continuara a queixar-se da ausencia do conselheiro; e o conde de Oeiras, apesar de academico, ordenou em 25 de janeiro de 1760 ao conde de Bobadella que o prendesse. Foi José Mas-

carenhas prezo em 26 d'abril de 1760, e a Academia fechou-se *atemorisada* (diz o conego Fernandes Pinheiro professor de litteratura) —*atemorisada pela dispotica prisão de seu perpetuo director*, *o conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello*, *acusado de inconfidencia e sepultado nos carceres de uma fortaleza*, *onde permaneceu até ao anno de* 1778, *no qual regressou aos seus lares.* (RESUMO DE HISTORIA LITTERARIA tom. II, pag. 316 e 317). Persuado-me que a primeira prisão do conselheiro ultramarino não fosse na fortalesa, porque o conde de Bobadella só em 4 de fevereiro de 1761 participa ao irmão do conde de Oeiras, Francisco Xavier de Mendonça, que José Mascarenhas fôra *lançado na prisão que se lhe indicara.* Provavelmente a negligencia do conselheiro em assistir ao vice-rei foi considerada parcialidade jesuitica, e d'ahi a *inconfidencia*, — «falta de fidelidade ao rei». Mas não foi isso: foi a magía das lettras, o abysmo das academias que sorveu aquelle martyr pelas fauces de uma masmorra. Verdade é que, imputando Sebastião de Carvalho aos jesuitas o motim do Porto, na sentença lavrada por José Mascarenhas não se encontra a palavra *jesuita*, nem do summario das testemunhas se deprehende que a tortura arrancasse semelhante suspeita sequer. E' tambem certo que o desembargador do paço João Pacheco Pereira, pai do preso, continuou a merecer a confiança do marquez de Pombal, por que morreu quinze annos de-

pois chanceller-mor do reino. Não lhes parece que Sebastião de Carvalho, castigando o escrivão da Alçada por demasias de crueldade, castigaria tambem o presidente que era o pai?

José Mascarenhas esteve preso até 1777. Cahido o marquez de Pombal, regressou ao reino. Innocencio e o snr. Sorianno sabem-no por que se encontra o nome d'elle entre os passageiros da náo *Nossa Senhora da Ajuda*, que fez infeliz viagem, n'aquelle anno, do Rio para Lisboa. O noticiarista d'esta viagem é Elias Alexandre e Silva que em 1778 publicou a *Relação ou noticia particular da infeliz viagem da náo de Sua Magestade Fidellissima, Nossa Senhora da Ajuda e S. Pedro de Alcantara.* Elias Alexandre e Silva era alferes do regimento de Santa Catharina, tinha nascido na Bahia, e era filho natural de José Mascarenhas, como logo se mostrará com o testemunho de seu pae.

Além da referida *Relação*, ha outras provas da sua vinda e da sua existencia até 1788. São vinte e oito cartas autographas escriptas ao bispo de Beja e depois arcebispo de Evora, D. Frei Manoel do Cenaculo Villasboas, as quaes se acham consignadas, pelas suas datas e localidades, no *Cathalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca publica Eborense, ordenado com as descripçoens e notas do bibliothecario Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara*, tom. II, pag. 478.

Das localidades e datas averigua-se que José de Mascarenhas desde 5 de agosto de 1759 nunca

mais escreveu a Cenaculo. Vê-se que a prisão era dura. Em 28 de desembro de 1778 já estava em Lisboa, por que n'essa data escreveu ao seu amigo. Trez mezes depois, escrevia-lhe da quinta do Canal da Figueira, que não sei onde fosse. Em junho estava em Lisboa, e em setembro de 1780 na quinta de Camarate. Depois seguem-se vinte cartas datadas em Lisboa, e trez em Camarate. A ultima é de Lisboa, aos 17 de setembro de 1788. Contava então 68 annos.

E' de presumir que a correspondencia fosse interrompida pela morte de José Mascarenhas. Pela do seu amigo com certeza não foi, por que o arcebispo de Evora falleceu em 1814 com 90 annos de idade. O antigo desembargador, amigo de José de Seabra da Silva, parece foi reintegrado no exercicio das suas funcçoens. Ninguem lhe pediu contas das crueldades praticadas no Porto, por que realmente seria injustiça pedirem-lh'as, quando o marquez de Pombal se dissolvia pacificamente e podremente na sua casa avoenga.

Adivinhando, pela minha, a curiosidade do leitor, pedi ao meu intelligente amigo Antonio Francisco Barata, funccionario distinctissimo na biblio-

theca de Evora, que me communicasse a summa das cartas de José Mascarenhas a D. Frei Manoel do Cenaculo. Obsequiosa e rapidamente me transmittiu o snr. Barata o seguinte extracto ao qual accrescentarei algumas notas que desobscureçam as allusoens.

1.ª *Carta sem data.* Manda um papel a Cenaculo e pede lh'o corrija.

2.ª (*Bahia de todos os Sanctos*, 20 *de setembro de* 1758). Sente haver sahido de Portugal sem abraçar Cenaculo. Diz que foi em commissoens importantes, com o logar de conselheiro do Ultramar. Queixa-se de má viagem por haver epidemia a bordo.

3.ª (*Bahia* 5 *d'agosto de* 1759). Assumptos litterarios e queixas de molestias.

4.ª (*Lisboa*, 28 *de dezembro de* 1778). Principia julgando-se feliz por que escreve com honra, saude e liberdade.

5.ª (*Sem data*). Prepara-se para visitar Cenaculo levando comsigo *um afilhado.* Que sente o seu máo estado de saude.

6.ª (*Quinta do canal da Figueira*, 19 *de março de* 1780). Accusa recebida uma carta de Cenaculo por mão do seu reverendissimo irmão [1]. Diz que está de cama com a quinta sangria, e que padece do peito.

7.ª (*Lisboa*, 27 *de junho de* 1780). Queixa-se

[1] Este irmão de Cenaculo era o provincial dos franciscanos da Ordem 3.ª, que não foi deportado como diz o snr. Soriano. Vivia em Lisboa.

do labyrinto da côrte, onde oxalá nunca tivesse entrado, e d'onde já não pode sahir.

8.ª (*Camarate*, 25 *de setembro de* 1780). Continua a queixar-se de doença de peito.

9.ª (*Lisboa*, 24 *de outubro de* 1780). Que não pode desprender-se dos negocios da côrte. Elogios a Cenaculo.

10.ª (*Lisboa* 1 *de janeiro de* 1781). Falla da côrte, e da Providencia. Attribue muitas doenças que padece propriamente a si.

11.ª (*Lisboa*, 10 *de julho de* 1781). Prepara-se para visitar Cenaculo.

12.ª (*Lisboa*, 7 *d'agosto de* 1781). Diz que é impedido de ir *por quem pode* [1].

13.ª (*Lisboa*, 28 *de maio de* 1782). Que foi jantar com o amigo João Pereira. Falla de uns autos de ridiculas denuncias [2]. Diz-lhe que conte com elle e com alguns ministros.

14.ª (*Lisboa*, 25 *de junho de* 1782). Dá noticia da morte de seu sobrinho José Mascarenhas de Lemos Pereira Coelho de Mello, que muito o consternou.

15.ª (*Lisboa*, 9 *de julho de* 1782). Diz que tem

[1] Não queria desagradar aos ministros hostis ao bispo de Beja.

[2] Cenaculo, mandado retirar para o seu bispado de Beja logo que morreu D. José, foi victima das intrigas dos adversarios de Pombal, de quem Cenaculo foi faccioso amigo. João Pereira era o procurador geral da corôa, inimigo do marquez.

todas as armas precisas para segurar a victoria. (Referencia aos autos de carta 13.ª).

16.ª (*Camarate*, 29 *de julho de* 1782). Queixa-se de padecimentos.

17.ª (*Camarate*, 30 *de julho de* 1782). Principia pelo psalmo *Manus domini*, etc. Lembra os sensiveis golpes dos fallecimentos dos tios Mascarenhas e Bruxado, e sobrinho e primo D. Antonio Maldonado, e diz que morrera recentemente sua tia D. Seraphina Mascarenhas. Agradece a missa que Cenaculo disse por alma de seu sobrinho.

18.ª (*Lisboa*, 6 *d'agosto de* 1782). Que esteve á morte; mas que o medico Moraes o dava como salvo. Está ás escuras e não pode ver luz.

19.ª (*Lisboa*, 13 *d'agosto de* 1782). Pede encarecidamente a Cenaculo lhe valha no maior empenho da sua vida. Diz que não tem outro descendente senão aquelle filho que ainda anda com o nome de afilhado e se chama *Elias Alexandre e Silva*, que é alferes do Regimento de Santa Catharina; que o creára desde creancinha no tempo do seu triste governo; e que o filho fizera no Brazil importantes serviços pelos quaes S. Magestade lhe dera o habito de Christo. Pede que o recommende a José de Mello Breyner, por intermedio de Antonio de Mello e da mãe, condessa de Ficalho, a fim de que o trate bem no navio em que, sob o commando d'aquelle Breyner, vai para Angola no posto de capitão. Diz que foi sacramentado.

20.ª (*Lisboa*, 3 *de setembro de* 1782). Diz que José de Mello Breyner acaba de sahir de sua casa annunciando-lhe a sahida no dia 24 do corrente; mas que duvida que Elias o acompanhe.

21.ª (*Lisboa*, 24 *de dezembro de* 1782). Participa que foi ao bota-fora do filho. Refere-se ás pendencias de Cenaculo. Lembra-lhe que necessita dos melhores canonistas para seus advogados, e não de doutores, como elle, *ad honorem*, porque a demanda envolve questões de primeira ordem.

22.ª (*Lisboa*, 4 *de fevereiro de* 1783). Discorre ácerca da jornada para o outro mundo, e pede a Cenaculo que mande cobrar a lettra de 16 moedas que lhe emprestou sobre cinco fivellas e um relogio de ouro o Dr. Placido Francisco, quando teve de acompanhar de repente uma irman.

23.ª (*Lisboa*, 18 *de março de* 1783). De cumprimentos. Diz que o filho talvez não passe do Rio de Janeiro. Falla dos negocios de Cenaculo.

34.ª (*Camarate*, 3 *de junho de* 1783). Sem interesse.

25.ª (*Lisboa*, 25 *de novembro de* 1783). Que está muito contente por que um certo amigo, em vez de ir para a sua terra, vem para Lisboa [1]. Que não percebe como alguem possa casar-se segunda vez tendo a primeira mulher viva. Que são enigmas;

[1] Allùsão a José de Seabra da Silva.

mas que dá a cousa como feita; e, publicada ella, irá visitar os ossos de S. Sisenando que fez o milagre.

Cartas 26.ª e 27.ª (*de Lisboa*) tractam assumptos canonicos.

28.ª (*Lisboa*, 3 *de janeiro de* 1784). Recorda um dia triste, o de 18 de janeiro de 1774. Que no dia 18 se completavam 10 annos [1]. Espera ser feliz n'esse dia, por que, sendo dia de desaggravo ao *divino*, espera que o seu incomparavel amigo José de Seabra faça um despacho em desaggravo *humano*. Acceita e dá parabens a Cenaculo.

29.ª (23 *de fevereiro* de 1784). Falla na mitra patriarchal vaga, e allude a poder ser dada ao seu amigo bispo de Beja.

30.ª (*Lisboa*, 8 *de maio de* 1786). Falla de doença.

31.ª e ultima carta. (*Lisboa*, 17 *de dezembro de* 1788). Dá graças a Deus por ver dous amigos de ambos secretarios de estado, e lamenta que a morte do incomparavel Principe [1] não deixasse que elle Cenaculo fosse o presidente de todos os ministros.

---

[1] Era o decimo anniversario da prisão de José de Seabra em 18 de janeiro de 1774.

[1] Allude ao principe D. José de quem Fr. Manoel do Cenaculo tinha sido mestre e confessor. Os dois ministros eram José de Seabra e Luiz Pinto de Souza Coutinho, depois visconde de Balsemão.

Depois destas impertinentes averiguaçoens, peço, como unica e liberalissima recompensa dos meus esforços, que nos não contem mais a dramatica historieta de ter sido José Mascarenhas sepultado n'um calabouço por que não tratou os miseraveis tumultuarios do Porto com a brandura e indulgencia que devia ter aprendido do seu amigo e mestre em forcas Sebastião José de Carvalho e Mello.